

Quinze



Ata da sessão ordinária de Assembleia Municipal realizada a 13 de dezembro de 2024

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária no Auditório da Biblioteca Almeida Faria, em Montemor-o-Novo, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, convocada pela sua Presidente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1º. Ponto – Proposta de Derrama sobre o IRC para 2025 -----
- 2º. Ponto – Proposta de Participação do Município no IRS para 2025 -----
- 3º. Ponto – Proposta de IMI a cobrar em 2025 -----
- 4º. Ponto – Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2025 -----
- 5º. Ponto – Proposta de Orçamento Municipal e Documentos Previsionais para 2025 ---
- 6º. Ponto – Proposta de Mapa de Pessoal para 2025 -----
- 7º. Ponto - Informação da Atividade da Câmara Municipal -----

Procedeu-se de seguida à chamada, verificando-se as seguintes presenças:-----
Alice Gomes em substituição de Carla Sofia Godinho Pereira, António Joaquim da Silva Danado, António José Monteiro, António Martins em substituição de Ana Cristina dos Santos Silva, Carmen de Jesus Geraldo Carvalheira, Elisabete Cristina Cebola Martins, Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, Jacinto Carlos Alves Delca, Jaime Manuel Pinto de Oliveira, João António Duarte Caetano da Veiga, Joaquim Alberto Vidigal Galvão, Joaquim José Gervásio em substituição de Maria da Conceição Carneiro, Joel José Pequito Pedreirinho, José Manuel Salsinha Geraldo, José Maria Barroso Fernandes, Luís Filipe da Silva Machado, Márcio Rafael Torrinha Veríssimo, Margarida Machado em substituição de Rui Fernando Benavente, Páscoa, Nélia do Carmo Regouga Campino, Nuno Rato, Paula Cristina Martins Pinto, Paula Cristina Pinto Martins, Rui Campo em substituição de Helder Linguíça, Rui Sande em substituição de Maria de Fátima Breia, Sara Isabela Rebocho Bravo, Susana do Carmo Cortiçadas Picanço, Vasco Manuel Picaró, Vitor Carrasco em substituição de Guilherme Tomás de Almeida Franco registando-se vinte e oito presenças. -----

Estiveram ainda presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Olímpio Manuel Vidigal Galvão, as Senhoras Vereadoras Sílvia Santos e Paula Bilro e os Senhores Vereadores António Xavier, Henrique Lopes e Gil Porto. Não participou nesta sessão o Senhor Vereador António Pinetra. -----

Retomou a palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal para colocar à apreciação a proposta de ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e seis de abril de dois mil e vinte quatro, a qual foi aprovada por unanimidade. Também a proposta de ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte e quatro, foi colocada a apreciação e aprovada por unanimidade. -----

Ainda no uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia informou que ia dar início ao período antes da ordem dia. -----

Pediu a palavra o eleito Márcio Veríssimo questionando o executivo sobre o ponto de

situação do novo Posto Médico de Silveiras e se existe alguma previsão para o início das consultas médicas. Também sobre o Posto Médico de S. Cristóvão afirmou que apenas são realizadas consultas médicas um dia por semana, questionando se estão previstas mais consultas, como acontecia antes do período de pandemia. Relativamente à instalação da CIV, lembrou que decorridos os anos de 2022, 2023 e 2024 ainda não se concretizou a sua instalação, quer em Montemor, quer em Vendas Novas. Referiu-se ainda à falta de auxiliares na Escola Básica nº5, nomeadamente pelo facto de haver algumas funcionárias de baixa médica, questionando se já foram tomadas algumas medidas para resolver esta questão. Perguntou ainda se está prevista alguma intervenção, em termos de orçamento para 2025, na Escola Básica nº1. Continuando a sua intervenção, chamou a atenção para o mau estado das vias rodoviárias que atravessam o concelho, destacando a EN114 e a EN253, perguntando se o Município tem conhecimento de alguma intervenção prevista e recomendando que possa fazer alguma pressão, junto das entidades responsáveis, para que seja efetivamente realizada. -----

Intervio de seguida o Senhor Presidente da Câmara dando a palavra à Senhora Vereador Silvia Santos, a qual esclareceu que está agendada para breve uma visita às instalações do Posto Médico, em Silveiras, com os técnicos da Unidade Local de Saúde e com os Técnicos do Gabinete de Informática, a fim de aferir as condições, em termos de telecomunicações, uma vez que aquele lote não possui ramal de telecomunicações. Sobre o Posto Médico de S. Cristóvão frisou que a Câmara Municipal não tem competência para poder intervir, no âmbito da gestão de consultas médicas. Relativamente a São Cristóvão, a Senhora Vereadora Silvia Santos lembrou que a questão dos médicos não está relacionada com a transferência de competências e que a sua colocação depende única e exclusivamente da ULS, assim como a definição dos dias da semana. A Câmara Municipal poderá fazer efetivamente alguma pressão, mas apenas isso. -----

Retomando a palavra o Senhor Presidente da Câmara referiu não dispor de qualquer informação sobre a evolução relativamente à colocação da ambulância CIV, nem sobre o local a ser instalada. Em resposta à questão colocada sobre a EB1, nº1 o Senhor Presidente informou que não está previsto no orçamento porque o projeto ainda não se encontra concluído e vai agregar os trabalhos não efetuados e os trabalhos ainda por efetuar, não previstos no projeto anterior. Destacou a recente informação de que irá haver um apoio, no âmbito do próximo quadro comunitário, no valor de 641 mil euros, para a renovação das escolas primárias. No concelho existem três escolas para reabilitar, concretamente: a Escola Básica do Caborro, cuja empreitada irá ter início brevemente, a Escola Básica e Jardim de Infância de Cortiçadas de Lavre e a Escola Básica, nº1 de Montemor-o-Novo. Relativamente à reparação de estradas nacionais, têm decorrido conversas entre a Câmara Municipal e a Senhora Diretora Regional. No que respeita à EN 114, esta já teve algumas intervenções na zona de Foros de Vale de Figueira, relacionadas com a drenagem de águas, mas o que está programado é que a estrada seja toda intervencionada, inclusivamente com passeios em Lavre e Foros de Vale de Figueira. Concorde com as afirmações que as vias estão em muito más condições, mas que o Inverno que se aproxima irá piorar o estado de degradação. Para esclarecimento das questões relacionados com o Centro Escolar deu a palavra ao Senhor Vereador Henrique Lopes. No uso da palavra, o Senhor Vereador afirmou que

Amme

não existe falta de assistentes operacionais nos Estabelecimentos de Ensino e com a criação de uma unidade de multideficiência serão alocadas mais duas assistentes operacionais, no sentido de dar uma melhor resposta aos alunos com necessidades educativas especiais. Na sua opinião, a referida escola tem características muito especiais, do ponto de vista da arquitetura, o que não facilita a monitorização dos espaços, onde existem mais de duzentos alunos. Espera que, da parte do Governo Central, possa ser alargado o rácio para um número superior. Relatou que as situações de maiores constrangimentos são no horário das refeições, dado que o número de crianças a utilizar o refeitório tem sofrido um acréscimo e o espaço não estava adaptado para esta nova realidade. Assim, verificou-se a necessidade de reajustar as dinâmicas do período de almoço, por forma a que o pré-escolar possa igualmente usufruir desse espaço de refeições, de uma forma mais eficaz. Esta alteração irá produzir efeitos a partir do dia 6 de janeiro, do próximo ano civil. Disse ainda que este ajustamento permitirá uma melhor utilização dos recursos humanos, através de uma organização, por turnos, permitindo a gestão mais eficaz dos profissionais responsáveis pelos acompanhamentos das refeições, atendendo também às necessidades de cada grupo. Na sua opinião, esta mudança transmite um maior respeito pelas necessidades das crianças, sobretudo pré-escolar, com mais tempo disponível, com mais tranquilidade e de uma forma mais adequada ao seu ritmo. Terminou a sua intervenção dizendo que para já esta foi a solução adotada no sentido de resolver estes constrangimentos, a qual foi previamente aprovada em reunião do Conselho Pedagógico. -----

Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado, para apresentar, em nome de todos os eleitos pela CDU, uma Recomendação à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, denominada "Cumprimento do Regimento da Assembleia", que se apresenta transcrita de seguida: -----

Exma. Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo -----

Enquanto eleitos e representantes da comunidade nesta Assembleia, vimos por este meio manifestar a nossa profunda preocupação e insatisfação com a forma como as sessões da Assembleia Municipal têm decorrido. Consideramos que a ausência de uma intervenção assertiva por parte da Mesa da Assembleia tem comprometido a ordem e a integridade dos trabalhos deste órgão, especialmente no que se refere a determinados comportamentos do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e à resposta insuficiente da Mesa perante tais situações. -----

Considerando que: -----

1.O Senhor Presidente da Câmara Municipal, em diversas ocasiões, adotou posturas e atitudes incompatíveis com os princípios de respeito que devem pautar o funcionamento deste órgão democrático, desrespeitando membros eleitos da Assembleia; -----

2.A Mesa da Assembleia Municipal, sob a sua liderança, tem permitido, pela sua ausência de intervenção adequada, que tais comportamentos continuem, em claro desrespeito pelo Regimento que regem este órgão; -----

3.Estas situações, além de prejudicarem o bom funcionamento das Assembleia Municipal, fragilizam a confiança dos cidadãos na transparência e legitimidade das

decisões tomadas neste espaço e contribuem para a descredibilização da política como um todo. -----

Recomendamos que: -----

- 1. Seja assegurado o cumprimento integral do Regimento, com intervenções imediatas e firmes em casos de comportamentos inadequados;* -----
- 2. Seja formalmente notificado o Sr. Presidente da Câmara Municipal, alertando-o para a necessidade de respeitar os eleitos da Assembleia;* -----
- 3. A Mesa da Assembleia assuma uma postura proativa e firme na condução dos trabalhos, zelando pelo respeito mútuo entre todos os membros e pela manutenção da ordem nas sessões;* -----

Conclusão: -----

Exma. Senhora Presidente, o papel desta Assembleia é central no fortalecimento da democracia e na promoção do bem comum. Contudo, a continuidade de comportamentos desrespeitosos, somada à ausência de respostas efetivas da Mesa, ameaça não apenas o decorrer das sessões, mas também a credibilidade deste órgão junto da população montemorense. -----

Por isso, os eleitos da CDU nesta Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo apelam à sua liderança para que tome as medidas necessárias para assegurar que esta Assembleia Municipal permaneça um espaço de respeito, diálogo e compromisso com os princípios democráticos em prol de Montemor-o-Novo. -----

Montemor-o-Novo, 13 de dezembro de 2024 -----

Sobre o documento, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra salientando que tanto ela, como os restantes elementos da mesa tomaram boa nota da Recomendação apresentada e que as sessões são os momentos em que são discutidas as medidas tomadas pelos órgãos do Executivo. São também os momentos em que se prestam contas, não apenas às forças políticas, mas também a todos os que ouvem ou seguem a sua transmissão e foi nesse âmbito que todos aprovaram a transmissão online. Considera ser normal que as diferentes forças políticas nem sempre estejam de acordo nas diversas matérias, existindo sempre o respeito entre todos. Frisou que nos anteriores mandatos, existia uma total ausência de debate político, dado que a Câmara Municipal apenas prestava esclarecimentos ou no final da sessão ou através de email, dias depois. Continuando no uso da palavra, expressou um agradecimento, não apenas ao Senhor Presidente da Câmara, mas também aos três vereadores com funções, pela disponibilidade que sempre mostraram em responder a todas as questões colocadas. Considera que se trata de um verdadeiro exercício de transparência e discorda das afirmações que põem em causa a confiança dos cidadãos na transparência e legitimidade das decisões tomadas. Os munícipes conseguem receber em suas casas, através das transmissões online, todas as explicações, por parte do executivo, em cada uma das suas funções e decisões. Frisou novamente que tomou boa nota do documento e que chamará a atenção para as questões elencadas. Disse ainda que, enquanto eleitos desta Assembleia, do comportamento de cada um também emerge a discussão e a transparência de todas as decisões tomadas, sempre com o objetivo comum de melhorar a qualidade de vida de quem vive neste concelho.- Ainda sobre a Recomendação, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que, na sua opinião, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado gosta do debate

político e de colocar as suas ideias e que nos últimos dois mandatos as respostas por parte do executivo eram apenas no ponto referente à atividade da Câmara Municipal e apenas respostas telegráficas ou por email. Afirmou que não é essa a sua forma de estar porque entende que deve prestar os seus esclarecimentos, o que depois acaba por gerar o debate. Não concorda com a apresentação da recomendação, por parte dos eleitos da CDU. Acrescentou que se sente incomodado com a forma como a oposição aborda os assuntos nas reuniões da Câmara Municipal, porque nunca agiu assim enquanto eleito da oposição. -----

Pediu novamente a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado dizendo que sempre debateu, nesta Assembleia, desde 1997, de forma frontal todas as posições que entendia ser justas ou injustas. Relembrou que foi ele que colocou pela primeira vez colocou questões sobre a Comissão de Proteção de Menores, porque nenhuma outra força política com representação, na altura apenas o PS e o PSD, o fez. Frisou que a grande questão não é o tempo em que se responde, mas sim a forma como se responde, uma vez que se representam forças políticas ou instituições. A Recomendação feita à Senhora Presidente da Assembleia tem por objetivo que, até ao final do mandato, todos se respeitem, acima de tudo. -----

Seguidamente pediu para usar da palavra o eleito Luis Machado expressando um agradecimento aos eleitos da CDU pelo facto de terem apresentado esta Recomendação, porque tem sido um dos grandes visados pelo Senhor Presidente da Câmara, na tentativa de atropelo na base do debate. Relembrou todos os presentes que foram eleitos pelos montemorenses para defender os pontos de vista de cada um, os quais passaram pelo sufrágio, que decorreu no concelho. Disse ainda compreender que nem sempre possam concordar com o seu discurso, mas não aceita o constante apontar de dedo ou tentativas de silenciar o seu discurso, nestas sessões. Na sua opinião, a recomendação irá trazer para o resto do mandato, alguma urbanidade aos discursos, mas o debate tem que existir porque todos têm visões diferentes é a partir da diferença de opinião e de visão, sempre com base no respeito, que se podem obter as melhores conclusões. Considera que a Senhora Presidente da Assembleia deve ser a maior embaixadora da democracia participativa do Concelho, no entanto existiram várias ocasiões em que tal não aconteceu. Votará favoravelmente a Recomendação, mas mostrando-se disponível para todos os debates e trocas de ideias, mas com respeito. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com vinte e cinco votos favoráveis dos eleitos pela CDU (doze votos); pelo PSD (dois votos); pelo CDS/PP (três votos) e pelo PS (oito votos) e 3 abstenções de eleitos pelo PS. -----

A eleita Senhora Alice Gomes usou da palavra seguidamente para apresentar uma Saudação alusiva ao Centenário do nascimento de Mário Soares, a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

“Fez no passado dia 7 de dezembro um século do nascimento de Mário Alberto Nobre Lopes Soares. O Homem e o político que marcou a história recente do país. -----

Mário Soares é uma figura ímpar e inesquecível de Portugal, um combatente pela conquista da Liberdade e pela consolidação da Democracia portuguesa. Grande

resistente à ditadura e principal construtor da democracia, marcou a história de Portugal e da Europa e será sempre lembrado como uma grande referência mundial do socialismo democrático. -----

Mário Soares abraçou muito cedo a política como vocação. -----

Desde muito jovem, foi um ativo resistente à ditadura de Salazar e Caetano. Além da sua militância, que passou pelo Partido Comunista, pelo Movimento de Unidade Nacional Antifascista, pela Candidatura do General Norton de Matos a Presidente da República, Mário Soares defendeu, como Advogado, vários presos políticos nos Tribunais Plenários criados pelo Estado Novo, tendo ainda sido o representante da família do General Humberto Delgado, assassinado pela PIDE. -----

Foi preso 12 vezes. Casou com Maria Barroso em 1949, quando estava preso no Aljube. Foi deportado sem julgamento para a Ilha de São Tomé em 1968, esteve exilado em França entre 1970 e 1974 e só regressou a Portugal depois da revolução dos cravos. ---- Em abril de 1973 fundou no exílio, com os seus companheiros e camaradas da Ação Socialista Portuguesa, o Partido Socialista (PS), do qual veio a ser Secretário-Geral até 1986. -----

A partir do dia 25 de Abril de 1974, com a capacidade de antecipar os grandes movimentos do seu tempo, Mário Soares desempenhou um papel crucial na instalação da democracia e da liberdade em Portugal. -----

Assumiu o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros nos três primeiros Governos Provisórios, onde teve um papel determinante na preparação e concretização da descolonização e no reconhecimento do novo regime democrático por parte da comunidade internacional. -----

Após ter vencido as primeiras eleições do regime democrático – as eleições de 1975 para a Assembleia Constituinte – Mário Soares, de 1974 até 1996, foi tudo na política: Deputado, Eurodeputado, Ministro, Primeiro-Ministro e Presidente da República. -----

Nos diversos cargos que exerceu, deixou-nos vários legados, tais como a dignificação do parlamentarismo e da atividade parlamentar, as bases do Estado Social e a adesão à então Comunidade Económica Europeia. Prestigiou o Estado português e dignificou o cargo presidencial, tendo visitado o Concelho de Montemor-o-Novo nas suas “Presidências Abertas”, destacando-se a sua visita ao Cíborro, com um enorme almoço e festa popular na Cooperativa Agrícola daquela freguesia. -----

Mário Soares esteve sempre do lado certo das lutas em que tomou parte. -----

Prometeu a Liberdade – lutou 35 anos até ao dia 25 de abril de 1974; -----

Prometeu a Democracia Liberal – foi o principal vencedor civil e político do 25 de novembro de 1975; -----

Prometeu o fim do Imperialismo português, incompatível com um regime livre e democrático – cumpriu, tornando as ex-colónias livres e independentes; -----

Prometeu a abertura de Portugal ao Mundo – foi o principal responsável pela adesão do país à Comunidade Económica Europeia. -----

Esteve também do lado certo na revisão constitucional de 1982, na liberdade de imprensa, na liberdade sindical e na defesa intransigente da democracia pluralista, parlamentar e representativa. -----

Cometeu erros, certamente. Não deixou, no entanto, de exercer a política com paixão, onde se conseguem vitórias, mas também derrotas, respeitando sempre os

adversários, as convicções e opiniões contrárias e, fundamentalmente, as escolhas feitas pelo povo em liberdade e de forma democrática. -----

Era laico, republicano e socialista. Mas como disse um dia: -----

"Sou um homem de esquerda. Sou socialista. Mas antes de ser socialista, sou democrata. E, antes ainda, sou português." -----

Que todos os portugueses saibam respeitar o seu legado e elevar o valor da liberdade e da democracia pelos quais ele se debateu e defendeu e esta será a maior das homenagens que lhe poderemos prestar. -----

Obrigado Mário Soares! -----

Montemor-o-Novo, 13 de dezembro de 2024" -----

Sobre o documento, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado, afirmou que Mário Soares fez parte da história do século passado e do início deste século. Destacou o grande trabalho que fez nos tribunais plenários, na defesa de dirigentes comunistas, tendo sido pupilo de Álvaro Cunhal, no Colégio Moderno. Foi militante do PCP na clandestinidade e também um grande advogado, no âmbito da defesa da Constituição, teve uma forte ligação ao FMI, na entrada de algumas intervenções da área mais à direita e da área mais radical do estrangeiro aqui em Portugal, nos três primeiros governos provisórios. Realçou as questões ligadas ao europeísmo e ao federalismo defendido afincadamente por Mário Soares, o qual não compartilha. Acrescentou que os eleitos da CDU reconhecem em Mário Soares a sua atitude combativa e as suas intervenções políticas, quando alguns defendiam a ilegalização do PCP e a passagem à clandestinidade no pós-25 de Abril, tendo afirmado que o PCP fazia falta à democracia portuguesa. Continuando a sua intervenção referiu-se ainda a Lei Barreto, que à semelhança de outras leis que surgiram no pós-25 de Abril que extinguiram algumas conquistas de Abril. No entanto, foi também com Mário Soares que o Serviço Nacional de Saúde foi criado. Salientou que os eleitos não partilham todas as suas convicções, mas reconhecem o mérito, o espírito lutador e empreendedor, tal como a muitos antifascistas portugueses e a muitos daqueles que praticaram e que lutaram para que hoje todos tenham 50 anos de democracia. Nesse âmbito, os eleitos pela CDU defenderam que nestes 50 anos de 25 de Abril fossem atribuídos topónimos em Montemor-o-Novo a quatro grandes personalidades que participaram na Assembleia Constituinte, concretamente Álvaro Cunhal, Mário Soares, Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa. Manifestou ainda os seus sentimentos à família de Mário Soares. -----

Interveio o eleito Senhor Joel Pedreirinho referindo-se a uma proposta remetida à Senhora Presidente da Assembleia Municipal para que fossem realizadas duas sessões em vez de apenas uma, porque o número de pontos da ordem de trabalhos era vasto, incluindo o orçamento municipal, tema de extrema importância para o futuro do concelho. Na opinião dos eleitos pelo PSD o volume de temas a serem debatidos numa única sessão poderá dificultar uma análise profunda e uma discussão eficaz, comprometendo mesmo a deliberação consciente e detalhada do orçamento. Esclareceu ainda que não colocariam quaisquer objeções ao reagendamento de outros pontos para uma sessão posterior, mantendo a discussão do orçamento, para a data já prevista, caso fosse essa a opção da Senhora Presidente da Assembleia. Manifestou a sua satisfação com o facto de a sugestão ter sido acolhida, através da convocação de

uma sessão extraordinária para a discussão dos restantes pontos. Agradeceu a decisão tomada e a celeridade com que foi possível garantir a realização de uma sessão onde, com o tempo necessário, poderá ser discutida e deliberada a proposta de Orçamento Municipal, de forma eficaz. Na sua opinião, este passo contribuirá para um processo mais transparente e participado onde todos os eleitos terão a oportunidade de contribuir com as suas ideias e preocupações, promovendo um ambiente de debate saudável e construtivo. Continuando a sua intervenção disse que, no seguimento da primeira reunião da Comissão de Acompanhamento da Delegação de Competências, em que a Senhora Presidente se fez representar pelo 1º. Secretário da Mesa e em que participou um representante de cada grupo parlamentar, à exceção do Partido Socialista, foram colocadas diversas questões e posteriormente remetidas ao Senhor Presidente da Câmara, formalizando o dia 31 de outubro, como prazo de resposta. Uma vez decorrido esse prazo, questionou a Senhora Presidente da Assembleia sobre quais as medidas que pretende tomar. -----

Pediu a palavra a eleita Hortênsia Menino para manifestar também a sua preocupação pelo facto de que até à presente data o executivo não ter fornecido quaisquer informações ou dados que permitam avaliar o impacto que o processo de transferência de competências tem tido no concelho. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra de seguida ao eleito Luis Machado o qual referiu que atendendo a que as diversas recomendações apresentadas pelos eleitos do CDS-PP, relativamente à proposta de orçamento municipal, não foram acolhidas, considera que deverá ser proposta a data de 13 de dezembro, em substituição do dia 12 de dezembro, possibilitando o debate do documento, por forma a ser compreendido também pelos munícipes. -----

Retomando a palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal salientou que relativamente às propostas recebidas sobre as datas das sessões, foi realizada uma consulta jurídica, concluindo-se que, de acordo com a legislação, a proposta de orçamento municipal teria de ser discutida em sessão ordinária. Daí a existência das duas datas, sendo que os pontos menos importantes serão discutidos na sessão extraordinária. Relativamente às questões que surgiram da reunião do grupo de trabalho, informou que o executivo foi questionado relativamente ao cumprimento das datas, solicitando que Senhor Presidente da Câmara possa apresentar mais alguns esclarecimentos. Esclareceu ainda que o eleito Joaquim Galvão participou na reunião da Comissão de Acompanhamento, quer em representação da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, mas também como representante do Partido Socialista. -----

Deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal o qual explicou que, relativamente às solicitações enviadas ao executivo, apenas existem valores provisórios, uma vez que os apuramentos ainda não se encontram concluídos e que apenas serão remetidos os dados, com os valores definitivos. Disse que o reporte entre abril e dezembro de 2022 teve que ser feito manualmente, porque não estava implementada a contabilidade de custos, nem a codificação para esta imputação. Quanto ao reporte de janeiro de 2023 a dezembro também é ainda provisório, tal como reporte de janeiro a novembro de 2024. Salientou que a Unidade de Contabilidade e Gestão Financeira conta ter concluídos os reportes, até final do mês de dezembro, pelo que julga poder enviar as respostas ao grupo de trabalho previsivelmente no mês de janeiro. O prazo estipulado coincidiu com a elaboração da

Adunio

proposta de orçamento, o que ocupa todo o dia de trabalho e muitas noites também. -- Tomou a palavra o eleito Luis Machado lembrando que a solicitação do grupo de trabalho da Assembleia Municipal é datada de quatro de outubro e na sua opinião, o trabalho de preparação da proposta de orçamento, não inviabilizada que o executivo dê uma resposta no prazo inicialmente apresentado. -----

Relativamente à proposta de calendarização das sessões a terem lugar em 2025, a eleita Senhora Hortênsia Menino questionou se a reunião de Assembleia prevista para o mês de abril, será realizada numa segunda-feira. Por outro lado, considera que a data respeitante à sessão a realizar em setembro, deverá ficar condicionada, em função do calendário eleitoral das eleições autárquicas de 2025. Sobre a questão da transferência de competências, entende que se trata de um trabalho moroso, com dificuldades, mas é necessário que todos tenham conhecimento do que está a ser feito e quando se prevê que seja concluído, para que se possa fazer o trabalho de análise e apreciação dessa informação. -----

Retomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referindo-se a data de trinta e um de janeiro para envio de respostas. -----

Tomou de novo a palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal para solicitar a concordância dos eleitos da Assembleia Municipal sobre a continuação da sessão, uma vez decorrida uma hora sobre o início do período antes da ordem do dia. Havendo a concordância de todos, a Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Cíborro, Nélia Campino que questionou o executivo sobre a previsão de data para início da intervenção na EB1 de Cíborro. Relembrou uma situação apresentada pelo secretário da Junta de Freguesia relacionada com a queda de um talude na Estrada Nacional 2, que requer uma intervenção, por parte do proprietário, da Câmara e das Estradas de Portugal. A Junta de Freguesia não consegue intervir, por não ter meios próprios, lembrou que se trata de uma curva com alguma perigosidade e que a situação se mantém assim há dois anos. Referiu que já, por diversas vezes, se deslocou ao terreno, inclusivamente com técnicos da Câmara Municipal, no sentido de avaliarem a situação, no entanto até agora nada foi feito. Alertou ainda para o estado de degradação da EN2, principalmente entre São Geraldo e Cíborro, solicitando alguma intervenção da Câmara junto das Infraestruturas de Portugal para a realização de alguma reparação, devido ao risco de acidentes. -----

Relativamente à obra na Escola Básica de Cíborro, o Senhor Presidente informou que já foi aprovada em reunião de Câmara Municipal a Minuta de Contrato com a empresa Catroga & Filhos e que a mesma irá iniciar-se com a brevidade possível, a qual consta do orçamento municipal para 2025. Sobre a questão do talude frisou que ainda não dispõe de informação que possa transmitir. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, José Maria Fernandes interveio apresentando os votos de Boas Festas a todos os presentes e agradeceu ao executivo as intervenções realizadas no pavimento da Rua da Liberdade e na Travessa que liga a Rua 5 de outubro e a Rua dos Lavadouros, ambas em Lavre e ainda as lombas da Rua da Liberdade, em Cortiçadas de Lavre porque eram situações pendentes, que por várias vezes tinham sido referenciadas nas sessões da Assembleia Municipal e são uma mais valia para a população em termos de segurança. Apesar disso, manifestou a sua preocupação pelo facto de circularem com

grande velocidade na Rua das Cortiçadas, em Cortiçadas de Lavre, perante a proximidade de um estabelecimento de ensino. -----

Em nova intervenção o Senhor Presidente da Câmara prestou esclarecimentos sobre as várias intervenções realizadas na União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, concretamente: a substituição de duas lombas na Rua da Liberdade, a reparação do pavimento junto à câmara de visita no posto de combustível, em Cortiçadas de Lavre (em falta a reposição da calçada) e a reparação de sinais de trânsito na EM 530. Relativamente a Lavre, foram realizadas as seguintes intervenções: pavimento da Rua de Liberdade (em falta a reposição da calçada), reparação do pavimento da ligação da Rua 5 de Outubro com a Rua dos Lavadouros (em falta a reposição da calçada), reparação de pavimento na EM 507, junto à câmara de visita das águas residuais domésticas, junto ao Loteamento Municipal (em falta a reposição da calçada); reparação de pavimento junto à câmara de visita de águas residuais na confluência da Rua Machado dos Santos com a Rua Miguel Lombarda (falta a reposição de calçada) e instalação de grelhas e rampa de acesso no acesso aos lavadouros. Ainda no uso da palavra, acrescentou que todas as intervenções que tinham sido solicitadas, encontram-se agora concretizadas. Sobre o excesso de velocidade na Rua das Cortiçadas, o Senhor Presidente informou que irá reforçar o pedido, junto da Divisão de Obras, Águas e Saneamento, para a colocação de lombas, por ser uma situação preocupante. -----

De seguida, interveio o eleito Jaime Oliveira questionando sobre qual a perspetiva de reabertura da circulação de viaturas junto ao castelo. Prosseguindo a sua intervenção referiu-se ao facto de que todos devem dar o seu contributo na sensibilização das pessoas, porque apesar da existência de tantos ecopontos, continua a colocar-se o vidro e o papel, no lixo doméstico. Questionou também o executivo para quando será implementado o sistema de recolha de resíduos, à semelhança do que já teve início nos estabelecimentos comerciais. -----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra respondendo que, relativamente à circular do Castelo, enquanto não houver segurança, aquele caminho municipal não abrirá ao trânsito, apenas poderão circular a pé ou a correr. Terá de ser elaborado um projeto de estabilização dos taludes e vertentes no caminho municipal envolvente, o qual custa cerca de 36 mil e 900 euros. A estimativa total da intervenção será de 150 mil euros. Em resposta à questão colocada pelo eleito sobre a recolha porta a porta, explicou que foi realizada uma primeira experiência através do sistema ORECA, no âmbito da hotelaria, restauração e cafetaria, com excelentes resultados, tendo sido reaproveitados para valorização cerca de trinta toneladas de resíduos. Frisou que esta estratégia de recolha implica impreterivelmente um acréscimo de funcionários a trabalhar, mais equipamentos e mais investimento. Não se conseguirá implementar para o próximo mês ou nos próximos seis meses, mas a pouco e pouco. Esse sistema implica também que se mudem todos os contentores de resíduos, que sejam colocados junto aos prédios ou da casa de cada pessoa, marcar horas de recolha, não sendo um processo simples. Na sua opinião, tem mesmo de ser invertido este paradigma dos lixos, sendo 10% para indiferenciados e 90% para valorização. O Município irá adquirir viaturas elétricas de recolha para este tipo de resíduos. Para além disso será adquirida ainda uma viatura, no valor de 156 mil euros, que está prevista no orçamento para 2025 para recolher os resíduos verdes, que

posteriormente serão triturados e reaproveitados. Esta programado o alargamento a mais estabelecimentos que manifestaram interesse em participar porque são os grandes produtores de bio resíduos, assim como será alargada, a curto prazo, também a recolha de cartão e de vidro. -----

Usou da palavra o eleito Luis Machado solicitando que o Senhor Presidente da Câmara prestasse alguns esclarecimentos mais detalhados sobre a intervenção nos taludes no castelo. -----

Em resposta o Senhor Presidente afirmou que devido às fortes chuvadas que se verificaram os taludes ficaram instáveis, havendo queda de pedras para a via. Assim sendo, é uma zona perigosa para a circulação. Acrescentou que o projeto de estabilização do talude virado a oeste terá de ser executado e sujeito a aprovação da CCDRA e tem uma estimativa de custos de 36 mil e 900 euros. A Divisão de Planeamento e Desenvolvimento de Projetos Municipais prevê que seja uma intervenção no montante de 250 mil euros. -----

A eleita Paula Pinto pediu a palavra para apresentar uma Recomendação e Moção pela comemoração do cinquentenário do 25 de Novembro de 1975, que se apresenta transcrito de seguida: -----

*“Exma. Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo -----
Portugal tem hoje uma democracia consolidada. Todos os partidos políticos têm direito a expressar os seus pontos de vista e a formular as suas propostas para a condução dos destinos de Portugal. -----*

O processo democrático em Portugal, que começou com o 25 de Abril de 1974, apenas conseguiu encontrar a sua normalidade e a evolução para o sistema que vigora atualmente após o 25 de novembro de 1975. -----

O 25 de novembro, mais do que uma data numa cronologia ou um parágrafo na história de uma revolução, é o momento decisivo em que a mudança segue, irreversivelmente, o caminho para uma democracia liberal de modelo ocidental, e o marco em que o país alcança a verdadeira liberdade em pluralidade democrática. -----

Nesse dia, a ação determinada dos militares moderados em prol da democracia, evitou que em Portugal saísse vencedora uma ala mais extremista, garantindo que, no nosso País, fosse cumprida a promessa de uma democracia constitucional e pluralista. -----

A 25 de novembro de 1975, o povo português colocou-se do lado da liberdade e do pluralismo, contra a vontade de alguns de querer fazer prevalecer a legitimidade revolucionária sobre a legitimidade democrática. -----

Ocuparam um lugar de destaque, nesta data, o General Ramalho Eanes e Jaime Neves, cuja coragem e determinação foram decisivas para travar o processo revolucionário, e os líderes de então do PS, PSD e CDS, pelo seu compromisso inquebrantável com os valores da liberdade e da democracia. -----

De facto, hoje como no passado, pode-se afirmar, de forma esclarecida, que o 25 de Novembro determinou a vontade do povo português em caminhar sobre os trilhos da liberdade, que o 25 de Abril anunciara. Comemorar o 25 de Novembro, data a que a esmagadora maioria dos democratas adere, é reafirmar o compromisso do Município de Montemor-o-Novo com os princípios universais da liberdade de expressão, do pluralismo partidário e das eleições livres. -----

Conforme recordou recentemente o antigo Presidente da República, General Ramalho Eanes, “o 25 de Novembro é continuação do 25 de Abril (...). O esquecimento do 25 de

Amun

Novembro não ajuda a Democracia, porque a história não se apaga. É com a história, e regressando à história, de forma não endémica nem nostálgica, que aprendemos a evitar erros futuros". É com o 25 de Novembro que se marca "o ponto final de um confronto e o início de uma cooperação democrática em que todos participam, em que todas as ideologias se justificam". -----

Acréscce que o Governo decidiu criar uma Comissão para comemorar em 2025 os 50 anos do 25 de Novembro. -----

Assim sendo, e porque a memória só permanece viva quando os acontecimentos são devidamente e verdadeiramente celebrados e invocados, vêm as bancadas do CDS-PP e do PSD propor à Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, reunida no dia 13 de Dezembro de 2024, que delibere: -----

- 1. RECOMENDAR à Câmara Municipal de Montemor-o-Novo que organize uma Sessão Solene Evocativa do cinquentenário do 25 Novembro de 1975; -----*
- 2. A CRIAÇÃO, nos termos do art.º 45º do Regime desta Assembleia Municipal, de um Grupo de Trabalho para o acompanhamento dos trabalhos e apoio ao planeamento do evento. -----*

Montemor-o-Novo, 13 de dezembro de 2024" -----

Acerca da Recomendação apresentada a eleita Hortênsia Menino interveio afirmando que os eleitos pela CDU votarão contra o documento. Prosseguindo no uso da palavra disse que todos se deviam interrogar sobre o motivou para o PSD e o CDS, passados 50 anos do 25 de Abril de 1974, venham agora apresentar a proposta de organização de uma sessão de comemoração dos 50 anos, do 25 de Novembro de 1975. Esta proposta não é inocente, na sua opinião, é uma proposta dos que nunca se conformaram com a Revolução de Abril e com as suas conquistas, que nunca desistiram de tentar reescrever a história, numa tentativa de branquear a ditadura fascista que durante 48 anos oprimiu o povo português e de negar a importância histórica da revolução democrática iniciada em 25 de abril de 1974. Os eleitos pela CDU consideramos que, mais do que valorizar o que aconteceu em novembro de 1975, o grande objetivo da proposta apresentada é desvalorizar o que aconteceu em abril de 1974. Ao contrário do que é afirmado na moção, a data fundadora da democracia portuguesa foi o 25 de abril de 1974. Continuou a sua intervenção, dizendo que foi nessa data que o povo português se libertou do fascismo e da repressão, conquistou a liberdade e abriu caminho para a descolonização e para profundas transformações democráticas que marcam ainda hoje a sociedade portuguesa. A consolidação da democracia não foi um processo fácil, porque foi preciso derrotar as tentativas golpistas para liquidar o regime democrático à nascença. Mas ainda assim, o 25 de novembro não impediu que, em 2 de abril de 1976, tivesse sido aprovada a Constituição da República Portuguesa. Prosseguindo no uso da palavra, a eleita afirmou que uma das principais razões para a apresentação deste documento, foi o reflexo da enorme participação popular nas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, com milhares de iniciativas que decorreram ao longo do ano, por todo o país, envolvendo milhares de pessoas de todas as idades e que teve como ponto culminante as enormes manifestações de massas como a que decorreu no 1º de maio e que representa a afirmação do apego à democracia e aos valores do 25 de abril, por parte do povo português. Destacou Montemor-o-Novo, como terra de luta contra o fascismo, pela liberdade e melhoria das condições de vida, na qual alguns montemorenses perderam a vida. É abril que deve ser comemorado,

enquanto momento mais marcante da nossa história e não as conspirações, golpes e práticas que o negam e o pretendem desvalorizar. -----

Na sequência da intervenção da eleita Hortênsia Menino, o eleito Luis Machado afirmou que o Estado português tomou a iniciativa de recordar o 25 de novembro e que foi o 25 de novembro que confirmou o 25 de abril e por tudo isso os eleitos pelo CDS/PP consideram que faz todo o sentido que o mesmo seja comemorado. Continuando a sua intervenção, salientou que o próprio Mário Soares, que foi uma pessoa com peso histórico, também confirmava o 25 de Novembro, como um dia de liberdade. Frisou que não pretende que a moção seja considerada uma afronta e que todos possam integrar estas comemorações. Para tal, apresentou a sugestão de que pudesse ser criado um grupo de trabalho no sentido de serem programados vários tipos de festejos/eventos. Ainda no uso da palavra, afirmou que ainda não tinha nascido por altura do 25 de novembro de 1975, no entanto tem noção que foram tempos certamente muito complicados. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com dezasseis votos favoráveis dos eleitos pelo PS(onze votos; pelo PSD(dois votos) e pelo CDS/PP(três votos) e doze votos contra dos eleitos pela CDU. -----

Prosseguindo no uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Secretário da Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira, Rui Falé, que solicitou esclarecimentos ao executivo relativamente à intervenção na Rua Catarina Eufémia, à obra do depósito de abastecimento de água da freguesia. Questionou ainda o Senhor Presidente da Câmara sobre o ponto de situação da reparação na Estrada da Courela da Freixeirinha e Estrada do Pedrógão. Terminou a sua intervenção referindo que, em 2022, teve lugar uma reunião entre a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia e a ANACOM sobre o tema da distribuição da fibra ótica na freguesia, no entanto a situação não melhorou. Posteriormente, foi realizado um abaixo assinado e apresentadas várias reclamações. Assim sendo, questionou o executivo se tem conhecimento de alguma evolução sobre esta situação. Sobre as questões colocadas, o Senhor Presidente da Câmara informou que está programada uma intervenção para a Rua Catarina Eufémia, que será aberto o respetivo procedimento se a proposta de orçamento para 2025 for aprovada, pelo órgão deliberativo. -----

Quanto à estrada da Courela da Freixeirinha salientou que foi uma das primeiras intervenções que foram feitas. Para a estrada do Pedrógão está programada para já uma reparação com massas frias, uma vez que o valor do orçamento para uma repavimentação é de 100 mil euros. Sobre a reparação necessária no depósito de água, o Senhor Presidente da Câmara julga que será ainda possível incluir esta intervenção no quadro comunitário PT2030, no âmbito do Ciclo Urbano da Água. Uma vez que a estimativa ronda o valor de meio milhão de euros, poderá conseguir-se um financiamento de cerca de 85%. Explicou ainda que o projeto será elaborado externamente. Em relação à fibra ótica, afirmou não ter informações para prestar e que não se trata de uma questão da competência da Câmara Municipal. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal retomou a palavra para informar que seguidamente dava a palavra ao público, não havendo nenhum pedido para uso da palavra. -----

Calme

De imediato, deu-se início à ordem de trabalhos. -----

1º. Ponto – Proposta de Derrama sobre o IRC para 2025 -----

Sobre a proposta apresentada, o Senhor Presidente da Câmara destacou que o executivo, com pelouros, definiu como meta reduzir progressivamente os impostos sobre as empresas e sobre as pessoas, nomeadamente a derrama sobre o IRC e participação do Município no IRS. Considera que esta redução, associada à valorização das potencialidades do concelho, ajuda à fixação de empresas e de famílias. Assim sendo, para o ano 2025, a proposta apresentada relativamente à derrama de IRC sobre o lucro tributável sujeito e não isento de impostos seja de 0,75% para empresas com volume de faturação superior a 150 mil euros, mantendo-se a taxa reduzida de 0,5% para as restantes. Frisou que, mais uma vez, este imposto volta a descer, porque quando este executivo iniciou funções estava no limite máximo (1,5%). Acrescentou que esta nova descida da Derrama representa uma poupança nas empresas, com sede no concelho, de cerca de 135 mil euros. Esta medida visa a fixação do tecido empresarial, dar um sinal de que o Município é amigo do investimento e que se trata de uma autarquia sensível às dificuldades sentidas, sobretudo nas pequenas e médias empresas, que desde o início da guerra tem sentido um aumento generalizado dos custos de bens e de serviços. Relembrou ainda que, em 2021 a Derrama era de 1,5%, em 2022 passou a 1%, traduzindo-se numa poupança de cerca de 135 mil euros. Em 2023, manteve-se de 1%, com uma poupança para as empresas de 108.449 euros. Em 2024, desceu para 0,75%, uma poupança estimada, porque ainda não estão fechados os anos, de 135 mil euros. E em 2024 e 2025, manteve-se de 0,75%, com uma poupança estimada de 135 mil euros. As sucessivas descidas de IRC, significaram um fundo de maneo na ordem de mais de meio milhão de euros nestes últimos quatro anos para estas empresas. -----

Pediu para intervir a eleita Hortênsia Menino dizendo que após ouvir as explicações do Senhor Presidente da Câmara Municipal, considera que a maioria, em funções PS, PSD e CDS, propõe um valor de 0,75% de Derrama, o qual tem vindo a ser reduzido desde o primeiro ano do mandato. Perante a afirmação do Senhor Presidente de que o impacto, desta medida, traduziu-se numa poupança de 135 mil euros, perguntou qual foi o número de empresas que se instalaram no concelho, por causa da aplicação desta medida. Continuando a sua intervenção lembrou que o Partido Socialista, numa sessão da Assembleia Municipal, no dia 18 de dezembro de 2020, votou contra a proposta que a CDU apresentou, justificando que o concelho precisava de mais empresas e que por isso a derrama deveria ser extinta, constituindo assim um incentivo ao investimento privado. Para além disso, também o PSD votou contra a mesma proposta, mais ou menos pelas mesmas razões e referindo na declaração de voto, que a derrama constitui, no entendimento do PSD, um instrumento único e determinante na captação de investimento, dependendo unicamente da vontade do Município. O CDS/PP também votou contra a referida proposta. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara afirmando que não é possível perceber qual o número exato de empresas que se instalaram, considerando, no entanto, que esta descida de impostos é um sinal importante que se dá às empresas. -- Considera que o objetivo de chegar a zero ainda não foi atingindo, no entanto, o compromisso quanto ao IRS já foi atingido. Reafirmou a importância da poupança feita às empresas do concelho de meio milhão de euros. -----

Interveio de seguida o eleito Luis Machado dando nota que o Município terá de perceber que a descida de impostos não pode ser o único ponto de diferenciação do Município para captar a instalação de novas empresas e sendo assim questionou qual a evolução verificada a nível da instalação de empresas e de criação de postos de trabalho. Os eleitos do CDS-PP concordam inteiramente com esta baixa de impostos uma vez a carga de impostos em Portugal está a asfixiar quer as empresas, quer as famílias. -----

Pediu a palavra o eleito Joel Pedreirinho para transmitir o sentido de voto favorável, por parte dos eleitos pelo PSD. Salientou que o Alentejo e o concelho precisam urgentemente de políticas que incentivem o desenvolvimento económico, promovendo o desenvolvimento das empresas, a criação de emprego, a fixação das populações e o aumento da qualidade de vida. Neste sentido, a derrama, é no seu entendimento o instrumento determinante que o Município poderá utilizar na captação de investimento. Na nossa opinião, e conforme o nosso programa do PSD, esse imposto deverá descer de forma gradual, até ser extinto. -----

Tomou de novo a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para informar que irá solicitar junto da Divisão de Planeamento e Apoio ao Desenvolvimento Económico mais informações relativamente às empresas que se instalaram e até as que faliram, que posteriormente serão remetidas. Ainda no uso da palavra afirmou que a receita da Derrama relativa ao ano de 2023 e recebida em 2024 foi de 252 mil e 235 euros e que por enquanto não é possível ainda abdicar desta verba. É muito cedo ainda para isso e teremos que contar com ela. Por isso é que o derrame ainda não vem a zero. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou de imediato o documento a apreciação. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor, onze votos dos eleitos pelo PS; dois votos dos eleitos pelo PSD e três votos dos eleitos pelo CDS/PP e doze abstenções dos eleitos pela CDU -----

A eleita Hortênsia Menino pediu a palavra para apresentar uma Declaração de Voto, a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

“Declaração de voto dos eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo relativamente ao Ponto 1 da Reunião da Assembleia Municipal de 13 de dezembro de 2024 -----

Considerando que: -----

a) de acordo com a Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, a Câmara Municipal pode lançar anualmente uma derrama para financiamento de investimentos municipais com características socioeconómicas e que o valor a receber, independentemente da taxa a deliberar, está sujeito a variações anuais, conforme a tendência de IRC; -----

b) no atual modelo de financiamento das autarquias locais e tendo presente a sua estrutura de angariação de receitas próprias, é imprescindível continuar a dispor de meios financeiros que permitam à Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, aplicar uma estratégia de desenvolvimento e progresso para o concelho, intervir e dar resposta às necessidades das populações, com prioridade para a Zona Industrial da Adua; -----

c) sendo evidente a limitação das finanças públicas e em particular dos impostos diretos e indiretos verificada na estrutura do Orçamento da Receita, bem como a

Amue

necessidade de continuar a assegurar os recursos financeiros imprescindíveis ao seu financiamento; -----

d) a proposta apresentada não corresponde à totalidade dos princípios e objetivos atrás definidos, os eleitos da CDU, na Assembleia Municipal, abstêm-se, em relação à proposta apresentada. -----

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo -----

Montemor-o-Novo, 13 de dezembro de 2024” -----

2º. Ponto – Proposta de Participação do Município no IRS para 2025 -----

Sobre esta proposta, o Senhor Presidente da Câmara referiu que, até o ano de 2021, o Município de Montemor-o-Novo arrecadou o máximo possível deste imposto, ao contrário de outros Municípios que não cobraram nada ou cobraram apenas uma parte. Atualmente, a opção deste executivo nesta matéria é que o caminho seja gradual para tornar este território mais atrativo, ao possibilitar que os habitantes de concelho paguem menos IRS. Assim apresenta-se à apreciação uma nova descida para metade do valor máximo, relativamente à participação do Município no IRS, fixando em 2,5% esta participação, permitindo que os montemorenses tenham uma poupança estimada em cerca de 421 mil euros. Esta medida permitirá que este valor fique do lado das famílias, e que na sua opinião uma grande parte será gasta localmente, contribuindo para a dinamização da economia local. Será um alívio para a classe média, um motor da economia, extremamente penalizada com impostos. -----

Não havendo mais pedidos de esclarecimentos a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

3º. Ponto – Proposta de IMI a cobrar em 2025 -----

Relativamente ao documento em discussão, o Senhor Presidente da Câmara usou da palavra dizendo que a proposta para 2025 do IMI para prédios urbanos é igual à do ano anterior, ou seja, 0,30%. Mantêm-se também as majorações para prédios urbanos degradados de 30% e também a majoração para o triplo dos prédios urbanos devolutos há mais de um ano. Tal como em 2024, mantém-se a redução em 30% para a habitação própria permanente em zonas urbanas de freguesias rurais do Concelho, assim como uma redução de 15% para a habitação própria na cidade. -----

Pediu a palavra a eleita Hortênsia Menino dizendo que os eleitos pela CDU votarão favorável esta proposta por considerando que a mesma parte de um princípio que já era defendido e aplicado pela CDU, ou seja, de aplicar o valor mínimo em relação aos prédios urbanos. -----

Não havendo mais pedidos para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a apreciação dos eleitos. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

4º. Ponto – Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2025 -----

Neste ponto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal salientou que a proposta apresentada sobre a referida matéria é se manter o percentual de 0,25%, representando uma receita de cerca de 7.500 euros. -----

Não havendo nenhum pedido de esclarecimentos, relativamente ao documento, a Senhora Presidente da Assembleia colocou-o de imediato a deliberação. -----

Carine

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

5º. Ponto – Proposta de Orçamento Municipal e Documentos Previsionais para 2025 ---

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara referiu que toda a documentação foi distribuída atempadamente a todos os eleitos, sendo este o ano em que foi remetida com maior antecedência, comparativamente aos últimos dez anos. Os documentos apresentam as linhas de orientação pragmática e estratégica e vão de encontro às propostas definidas e delineadas pelo atual executivo com pelouros no nosso concelho. Prosseguindo a sua intervenção e no âmbito da democracia participativa, este executivo pretende, em 2025, prosseguir com a auscultação da população, através da realização de reuniões com os vários Presidentes de Juntas de Freguesia, através do Gabinete de Apoio às Freguesias e com visitas às freguesias com Executivo Pessoal e Pessoal Técnico, com atendimento a munícipes e também organizando sessões temáticas de interesse relevante para o concelho, como foi o exemplo da Sessão Pública da Discussão da Estratégia Ambiental. Também irá avançar o Orçamento Participativo Jovem, com a participação de todos os conselhos municipais existentes, envolvendo a comunidade na tomada de decisão. -----

Em matéria de desenvolvimento económico e emprego, continuará a ser aproveitada a excelente localização geográfica e as suas potencialidades. Quanto aos impostos, a taxa de IMI, já aprovada, mantém-se no mínimo 0,3%, propõe-se uma nova descida para metade do valor máximo da participação do Município em IRS, fixando-o em 2,5%, permitindo que os montemorenses tenham uma poupança aproximada de 421 mil euros. A derrama de IRC, também já aprovada, situar-se-á nos 0,75% para empresas com volume de faturação superior a 150 mil euros e mantendo-se na taxa reduzida de 0,5% para as restantes, prevendo-se uma poupança para as empresas no montante de 135 mil euros. -----

Está programada uma intervenção no Parque de Exposições Municipal com a instalação de novos quadros elétricos e também com a substituição da cobertura tencionada exterior, investimentos que estão a aguardar a abertura do aviso do quadro comunitário PT 2030 no plano de ação de investimentos territoriais integrados da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central. Ainda na área económica, destacou a intenção de instalação de uma nova incubadora de empresas e espaço de co-working, no centro da cidade de Montemor-o-Novo, concretamente nas antigas instalações do Jardim de Infância nº 2, um projeto que será apoiado em 85% no âmbito do quadro comunitário PT-2030. Pretende-se ainda criar o Centro Semeia, a estratégia alimentar, com futura localização no Casal nº.28, dos Casais da Adua, trata-se de um terreno municipal, englobando dois edifícios, numa área envolvente de aproximadamente 10 mil metros quadrados, destinando-se a atividade experimental e demonstrativa, hortas comunitárias e Startup Rural. Também este investimento será candidatado às parcerias para a coesão não urbanas, concurso para apresentação de estratégias e planos de ação da região Alentejo. -----

Continuando no uso da palavra o Senhor Presidente salientou que, no âmbito da habitação e planeamento urbano e após a aprovação da Estratégia Local de Habitação, o Município celebrou um Acordo de Colaboração com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, IHRU, tendo sido já submetidas cinco candidaturas e apoiadas sete candidaturas de beneficiários diretos. Nomeadamente, a candidatura referente à obra da Reabilitação da Moradia sita na Rua da Estação e referente à obra do Prédio

Página 17 de 37

Assim

sita na Rua Dom Sancho, com dez fogos, já iniciada há umas semanas. Aguarda-se ainda a aprovação das restantes candidaturas para reabilitação de quatro fogos sítos na Rua Adriano Correia de Oliveira, dois fogos, em São Geraldo e doze fogos da Casa do Povo de Lavre. Para além disso, o Município continuará a apoiar os munícipes que se candidataram aos apoios diretos. Deu nota ainda que, previsivelmente ainda, até ao final de 2024, será uma ferramenta digital que centrará informações sobre programas de apoio, apoio à reabilitação urbana e iniciativas para promover o acesso à habitação. Será concluída também a revisão do plano de urbanização, após a suspensão provisória do referido plano, que permitiu a aplicação de medidas preventivas desbloqueadoras de algumas condicionantes que existiam até então. Terminada a sua revisão em 2025, deverá garantir-se uma melhor integração entre habitação, mobilidade e desenvolvimento urbano. -----

No âmbito da cultura, o Senhor Presidente informou que será renovada, em 2025, a adesão à rede de teatros e cineteatros portugueses. Trata-se de um instrumento estratégico para o combate das assimetrias regionais e que permitirá potenciar o envolvimento dos agentes culturais e artísticos locais, assim como a consolidação para o Roteiro Literário Levantado do Chão. Será dada continuidade à parceria com a DG Artes, enquanto Serviço Central da Cultura e à integração na Arte em Rede, projeto de cooperação cultural que tem como principal objetivo a promoção da qualificação e o desenvolvimento de territórios. -----

Realçou que o Centro Socioeducativo Oficina da Criança é, cada vez mais, uma referência a nível nacional e internacional, assumindo o Município o compromisso que, em 2025, serão garantidas todas as condições necessárias para que continue a ser um exemplo de inovação e originalidade. Na educação, que tem sido uma área de grande investimento por parte da autarquia, dando como exemplo, para 2025, a intervenção de requalificação da Escola Básica e Jardim de Infância de Cortiçadas de Lavre e da Escola Básica de Ciborro. Assim, o Município criará condições para que os alunos possam usufruir do ensino de qualidade através de um investimento significativo. Importa salientar que o Município de Montemor-o-Novo contará com um apoio superior a 600 mil euros para a reabilitação das escolas básicas de concelho, no âmbito do PT2030. Também em 2025, o Projeto À Descoberta das Quatro Cidades ganhará particular relevância, uma vez que terá lugar em Montemor-o-Novo, num intercâmbio entre os alunos do 1º ciclo de ensino básico, envolvendo a comunidade e enriquecendo a relação das cidades-irmãs. -----

Na área da ação social e saúde, mantém-se o compromisso com a transferência de competências para o Município. Estas novas competências, assumidas pelo Município, estabelecem uma política de proximidade e trabalho conjunto com base na articulação entre as diferentes entidades, instituições e o Município. -----

Na área social, no ano de 2024, foi implementado o Projeto Piloto Radar Social, com uma candidatura aprovada no valor de 169.352,59 euros. Teve início a primeira fase do projeto, tendo sido aprovados, em reunião do Conselho Local de Ação Social (CLAS), um conjunto de documentos estruturantes para a rede social, nomeadamente o diagnóstico social, o plano de desenvolvimento social e o plano de ação. Em 2025, será desenvolvida uma georreferenciação social do nosso território, identificando pessoas em situação de vulnerabilidade. Acrescentou ainda que, atendendo a tudo isso, a Câmara Municipal manifestou interesse no desenvolvimento do programa CLDS 5G,

Opinão

Contratos Locais de Desenvolvimento Social 5ª Geração, no Concelho de Montemor-o-Novo. A candidatura foi submetida e aguarda a aprovação. A implementação deste programa, no ano de 2025, irá promover a inclusão social, ajudar no combate à pobreza e reforçar a coesão territorial, representando um financiamento de 576 mil euros, no nosso Conselho. -----

Transmitiu também que, relativamente à CPCJ, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, o executivo manifestou, em reunião de Câmara, o interesse pela instalação no nosso Concelho desta comissão. O local para a instalação da CPCJ está a ser devidamente acautelado. Aguarda-se a validação da CPCJ em Montemor-o-Novo e da respetiva verba, contemplada em Orçamento de Estado de 2025, para proceder à instalação da mesma. -----

Na área da saúde, em 2025, será implementado o Conselho Municipal de Saúde, órgão consultivo que permitirá promover a articulação e cooperação entre as várias entidades locais, regionais e nacionais que operam no âmbito da saúde. Para além do investimento já realizado em 2024, no montante de 40 mil euros, acrescem as candidaturas ao PRR já aprovadas e com contratos assinados no valor de 356 mil euros, para os diversos investimentos relativos a equipamentos de saúde, nas diferentes freguesias. Nos dois avisos, a dotação indicativa para o Município de Montemor-o-Novo, beneficiário final, é de 278 mil euros. -----

Frisou que, para as novas construções, está prevista uma comparticipação no valor de 242 mil euros, no que respeita a Unidade de Saúde de Silveiras e Unidade de Saúde de São Cristóvão. Para a requalificação de outras cinco Unidades de Saúde o valor previsto é de 36 mil euros, concretamente as Unidades de Saúde de Cortiçadas de Lavre, Lavre, Ciborro, Cabrela e Santiago do Escoural. -----

No âmbito do Turismo, atividade estratégica para o desenvolvimento económico do concelho, haverá uma atenção privilegiada no ano de 2025. Entre as iniciativas prioritárias, destacou o lançamento do website Visitmontemornovo.pt, em janeiro de 2025 e a renovação do espaço do Posto de turismo. Também o Centro Interpretativo das Grutas de Escoural continuará a ser uma prioridade, como demonstra o Protocolo assinado em parceria com a Associação dos Amigos Unidos pelos Escoural, a Junta de Freguesia de Santiago de Escoural e o Património Cultural IP, onde o Município garantiu o reforço da equipa técnica assegurando assim horários mais adequados, permitindo acesso à exposição e à gruta. O arranque da obra de requalificação do Convento da Saudação e a inauguração do Museu de S. João de Deus garantirão um novo dinamismo cultural e económico ao concelho, em 2025. -----

No que respeita ao desenvolvimento urbanístico, sustentabilidade e qualidade de vida, este executivo continua a acreditar que um Concelho com melhor qualidade de vida, é também uma cidade onde as pessoas podem usufruir do espaço público. Nesse sentido, irão avançar alguns projetos no espaço público, nomeadamente a requalificação do jardim de cavaleiros e de outros parques infantis nas freguesias, intervenções de melhoria nas piscinas municipais e repavimentação e conservação de vias e de ruas. A manutenção e conservação de caminhos rurais e estradas municipais, assim como a pavimentação de arruamentos em Silveiras, na Rua Dr. Pascoal Coelho, serão trabalhos a realizar, no sentido de melhorar a qualidade de vida dos montemorenses. Afirmou que continuará a ser desenvolvido o processo com o objetivo de se encontrar uma melhor solução economicamente viável, por forma a ser

retirado o trânsito de viaturas pesadas de transporte de mercadorias, do centro da cidade de Montemor-o-Novo, para que a Avenida Gago Coutinho possa ser um espaço de relevante interesse para o Concelho. Após o início do funcionamento do sistema bike sharing elétrico, Morbike, o ano de 2025 ficará marcado pelo tão desejado transporte público urbano, através de um miniautocarro, Morbus. A sensibilização e a educação ambiental são parte integrante da estratégia ambiental, por isso, será elaborado um plano de comunicação transversal a todas as linhas de ação. O plano de restauro e valorização da rede hidrográfica de Montemor-o-Novo, Plano River, irá continuar a gerir as linhas de água urbanas, no sentido de valorizar estas estruturas naturais do concelho. No próximo ano, estão previstas intervenções nas linhas de água de Fazendas de Cortiço, Santiago do Escoural e Ecopista do Montado. Ainda no campo da ação da promoção da qualidade de vida, sustentabilidade e desenvolvimento do Concelho Inclusivo, o Serviço Municipal de Veterinária, para além do seu Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia, CROAC, desempenha um papel fundamental na saúde pública, no bem-estar animal e na segurança alimentar da nossa comunidade. O investimento realizado na requalificação das instalações do CROAC foi essencial para a dinamização deste serviço há muito estagnado. Em 2025, será dada continuidade da aposta na proteção da saúde pública, na garantia do bem-estar animal, em campanhas de adoção de animais de companhia e na promoção de convivência saudável entre animais e pessoas. -----

Na área do abastecimento de água para consumo humano, saneamento, águas residuais e resíduos, em 2025, o Município continuará a acompanhar a parceria pública com as Águas Públicas do Alentejo, AGDA. A Estação de tratamento de águas residuais do Ciborro, antiga reivindicação e necessidade da população daquela freguesia, será concluída no próximo ano, segundo informações da AGDA. Relativamente ao sistema de saneamento de Santiago do Escoural, em conjunto com o Junta de Freguesia e a AGDA, o Município tentará encontrar soluções para a construção da desejada Estação de Tratamento de Águas Residuais. Haverá uma grande aposta na modernização e eficiência de equipamentos com vista à poupança e diminuição de perdas de água. Assim sendo, serão atualizados os quadros elétricos de captação de água, serão substituídos os contadores de água antigos por equipamentos inteligentes, mais modernos e fiáveis, permitindo a comunicação automática de dados e consumos, monitorização e transparência do consumidor. Será também reabilitado e recuperado o depósito de água de Casa Branca. -----

Ao nível da recolha de resíduos, iniciado no final de 2023, o projeto piloto de recolha seletiva porta a porta de orgânicos no setor da restauração, pretende-se o seu alargamento a toda a restauração do Concelho. Esta recolha seletiva prende-se com a meta estabelecida pela Agência Portuguesa do Ambiente, com o horizonte temporal de 2030 para a separação, recolha seletiva e encaminhamento de bio resíduos, meta essa bastante ambiciosa. -----

No que diz respeito a viaturas, está programado o reforço da frota municipal, com mais um veículo de recolha de resíduos indiferenciados e uma viatura de recolha de resíduos verdes equipada com garra. Esta última viatura tem o objetivo de aumentar a capacidade de tratamento e valorização deste tipo de resíduos. Prosseguindo no uso da palavra, o Senhor Presidente evidenciou que está ainda prevista a aquisição de uma cobertura da bancada do Parque Desportivo Municipal e a

Opiniao

melhoria da eficácia energética das infraestruturas desportivas municipais, com prioridade para as piscinas cobertas municipais. Para incentivar a prática desportiva, serão implementados dois ginásios, um no Parque Desportivo Municipal e outro no Parque Urbano, proporcionando espaços de treino acessíveis e gratuitos para todos. --- Em 2025, mantém-se a aposta em projetos que promovam o desporto como ferramenta de saúde, inclusão e dinamização comunitária, reforçando a qualidade das infraestruturas e garantindo que o desporto seja uma prática acessível para todos. ----- Quanto à área da Juventude, será ampliado o impacto do AGG, Enhancing Global Goals, lançado em 2023, através do Plano Intermunicipal da Promoção de Sucesso Escolar, abordando temáticas como o empreendedorismo, a saúde mental, o ensino informal, o associativismo, a democracia como motor de civismo, promovendo o sucesso escolar dos alunos através de metodologias informais. Estão previstas ações concretas, como a realização de nova edição do concurso empreendimento juvenil e parcerias estratégicas para continuar a integrar o empreendedorismo no ensino escolar. -----

Em 2025, o Conselho Municipal de Juventude, reativado em 2023, continuará a servir como um espaço de diálogo e construção conjunta entre jovens, organizações e decisores municipais. Para além disso, este órgão será potenciado pelo lançamento da plataforma do Orçamento Participativo Jovem, promovendo uma participação ativa da juventude na definição das prioridades para o Concelho. -----

No âmbito da proteção civil, serão realizadas ações de sensibilização junto da comunidade, como por exemplo a apresentação de medidas preventivas de proteção em caso de risco e catástrofe. Em 2025, com reforço orçamental, realizar-se-á a execução de faixas de combustível em estradas e caminhos municipais, assim como as podas de árvores nas principais vias de circulação da gestão municipal. A limpeza de valetas de betão em estradas e caminhos também será realizada no próximo ano. Está prevista para a Herdade da ADUA, em 2025, a gestão de povoamentos florestais, assim como a revisão do seu plano de gestão florestal, com execução de limpeza, de vegetação e realização de aceiros. É intenção ainda, em 2025, ser iniciada a sua vedação numa extensão aproximada de 4.800 metros. Ainda no uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara referiu que a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários, atendendo a importância que desenvolve em prol da população, nomeadamente na proteção de pessoas e bens, no socorro de feridos e doentes e na extinção de incêndios, continuará a receber um forte apoio financeiro por parte do Executivo Municipal, nomeadamente no apoio às duas equipas de intervenção permanente, na aquisição de terreno e armazém – protocolo já existente – e na resposta à manutenção e reparação de equipamento. Para além disso, em 2025, será ainda celebrado um outro protocolo de apoio para duas viaturas de doentes não urgentes ou para um autotanque. Informou ainda que teve conhecimento na reunião realizada recentemente na CIMAC, que no âmbito deste quadro comunitário irá ser financiado um autotanque para Montemor-o-Novo e uma viatura todo-o-terreno para o Serviço Municipal de Proteção Civil. O valor estimado de apoio, em 2025, será aproximadamente de 300 mil euros. Destacou que, em termos de valores, a proposta de orçamento que se apresenta para os anos de 2025 a 2029, é à semelhança de todos os orçamentos, influenciado por fatores exógenos, pela subida da taxa da inflação, obrigando por isso a um exercício muito rigoroso na sua definição. Também a subida

dos valores dos vencimentos, na função pública, de bom agrado para o executivo e para os trabalhadores, tem naturalmente influência no aumento dos gastos de pessoal no orçamento para 2025. Para além disso, é também influenciado por um conjunto elevado de candidaturas aos Quadros Comunitários de Apoio PRR, Plano de Recuperação e Resiliência e também ao Quadro Comunitário PT-2030, Plano de Ação de Investimentos Territoriais Integrados da Comunidade Intermunicipal do Alentejo. Esta proposta de Orçamento Municipal para 2025 contempla uma dotação global de 35.915.000 e abrange os encargos resultantes do Plano Plurianual de Investimentos e todos os outros encargos plurianuais resultantes do funcionamento da gestão corrente do Município que estão vertidos no plano de atividades municipais. Prevê-se de receitas correntes o montante de 25 milhões e 102 mil euros e de receitas de capital o montante de 10.341.890 euros. O valor da receita não efetiva de 471.110 euros, trata-se de um empréstimo que está aprovado, mas que ainda não está concretizado. Assim sendo, o valor total da receita é de 35.915.000 euros. De despesa não efetiva, que são também prestações bancárias o montante é de 88.822,32 euros. Verifica-se, portanto, o equilíbrio do orçamento. Afirmou também que, com este orçamento de 2025, entre obras com contratos já assinados e a consignar e outras obras já consignadas, mas que irão ter o seu início no princípio do ano e outras a lançar durante 2025, teremos os seguintes investimentos: Escola Básica do Ciborro; Escola Básica e Jardim de Infância de Cortiçadas de Lavre; Rua Doutor Pascoal Coelho, nas Silveiras; pavimentações nas freguesias; Posto Médico das Silveiras; Posto Médico de São Cristóvão; Jardim dos Cavalinhos; Convento da Saudação; quadros elétricos do Parque de Exposições, Mercados e Feiras; Crematório; revisão do Plano de Urbanização; viaturas com empréstimo previstos; viatura com garra para monos e resíduos verdes; estradas e caminhos rurais; eficiência energética da CIMAC; bombas para as piscinas recreativas; ar-condicionado para equipamentos municipais; viatura de espaços e jardins; apoios e obras em IPSS, espaço de co-working. Frisou que este conjunto de obras totaliza cerca de 10 milhões de euros. -----

Esclareceu ainda que o saldo da conta de gerência tem integrado já o montante de 1.475.000 euros, respeitante a 25% do valor da intervenção no Convento da Saudação, já foi recebido antecipadamente, o qual transitará quando o saldo da conta de gerência transitar, porque é uma verba que se encontra nos cofres do Município. -----

Sobre a proposta em discussão tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado, agradecendo a extensa apresentação dos principais projetos para 2025. Realçou seguidamente que o Street Workout (ginásio ao ar livre) elencado pelo Senhor Presidente da Câmara, foi também uma das propostas que a União de Freguesias apresentou à Câmara e que a localização do Parque Urbano, deverá ser repensada uma vez que já tem seis equipamentos colocados. Acrescentou que a União de Freguesia já tem orçamentos e uma proposta de localização para o mesmo. -----

Ainda no uso da palavra, reportou-se às afirmações do Senhor Presidente quando disse que, no âmbito da Derrama, a Câmara Municipal não tinha possibilidade de dispensar a cobrança de valores a rondar os 200 mil euros. Assim sendo, pediu esclarecimentos adicionais face às anteriores afirmações do Senhor Presidente de que o montante retido por falta de reportes não fazia falta. Relembrou ainda que estavam

Quinn

programadas intervenções na Rua Pascoal Coelho, mas também na Rua Ernesto Pinto Ângelo e Rua da Amizade nas Silveiras, questionando se houve alterações. Perguntou também se o procedimento respeitante ao Posto Médico terá ficado deserto. Continuando a sua intervenção informou ter recebido o relatório do Grupo de Trabalho com a informação que as deliberações remetidas antes de 21/12/2022, foram ambas aceites. Muitas deliberações foram retiradas ou não foram admitidas por terem sido entregues fora do prazo. Nunca concordou com a posição que foi assumida pela Assembleia da República sobre os prazos e sobre o início dos procedimentos, até porque a CCDR do Centro e o Tribunal Constitucional tinham outra interpretação relativamente aos prazos. Assim, prevê-se que sejam aprovadas na Assembleia da República em janeiro de 2025, de forma que, em março, esteja tudo publicado e que ainda se possam ser constituídas as comissões de extinção de freguesias e a comissão de instalação da nova freguesia criada. No caso da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, serão quatro comissões. -----

Retomou de novo a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo que relativamente ao Street Workout, afirmou que a localização está projetada para o Parque Urbano, para o local onde se encontra a estrutura para skates, em estado de degradação. -----

Relativamente ao montante relacionado com os reportes, o Senhor Presidente afirmou que logo sejam enviados, o referido montante transita para a Câmara Municipal, por isso nunca foi dispensado esse valor. Salientou que estão programadas intervenções em Silveiras, nas três ruas mencionadas. -----

O Senhor Presidente esclareceu ainda que à semelhança do procedimento para a intervenção na Escola Básica do Ciborro também o procedimento para a obra do Posto Médico das Silveiras ficou deserto. No caso de não se conseguir um empreiteiro terá de se fazer uma revisão ao projeto e lançar a nova candidatura, que requer autorização da ARS, para se redefinirem valores. Relativamente à reposição de freguesias manifestou o seu agrado, considerando ser uma boa notícia para todos. -----

Pediu para intervir a eleita Hortênsia Menino manifestando um agradecimento pela exposição do documento pelo Senhor Presidente, mas também aos serviços do Município que prepararam a documentação. Referiu que se trata do orçamento e o plano plurianual de investimentos para o último ano do mandato autárquico. Considera que muito do que se prometeu fazer no programa eleitoral do Partido Socialista, que depois se juntou com o programa eleitoral do CDS-PP/PDS, não aparece mencionado no Plano de Atividades e Orçamento para 2025. Nomeadamente: a viabilização da instalação de um matadouro em Montemor-o-Novo, desenvolvimento e promoção da Bolsa de Terras do Concelho disponíveis para arrendamento com rendas inferiores às do mercado, realização da Feira Mensal no Largo das Palmeiras, criação de uma praia fluvial na Barragem dos Minutos e requalificação do antigo matadouro para um Centro de Associações Culturais. Continuando no uso da palavra, a eleita salientou que, em setembro de 2022, terá sido contactada para dar contributos sobre a construção de uma estratégia para o concelho que a Câmara adjudicou a ADRAL, no entanto, até à presente data, não foi dada mais nenhuma informação sobre esse processo, nem consta nos documentos para 2025 qualquer referência ou base a partir dessa estratégia. Assim sendo, disse desconhecer se efetivamente esse processo foi adjudicado à referida entidade, se foi ou não concluído e qual era efetivamente o objetivo a que se propunha. -----

Relativamente à temática da estratégia ambiental, já aprovada, solicitou ao executivo mais esclarecimentos, concretamente se vai iniciar-se o plano de comunicação transversal ou se há mais alguma ação a ser iniciada, em 2025. -----

Afirmou também que no documento de apresentação das grandes opções do plano é referido que está prevista a candidatura a fundos comunitários para a regeneração urbana. Assim, perguntou de que intervenções se tratam e qual é o valor previsto para as mesmas. É igualmente referido que estão previstas candidaturas para o ciclo urbano da água rede separativa. Assim sendo, perguntou em que locais está prevista esta intervenção. A eleita questionou do que se trata o Plano Articulado de Mobilidade para a Cidade, Rodoviário e Pedonal. No que diz respeito à habitação disse que o documento refere que estão a ser concretizados os apoios aos beneficiários diretos que estavam previstos na estratégia local de habitação, tendo perguntado seguidamente em que locais do concelho já foram atribuídos estes apoios. -----

Considera que a valorização e o destaque que é dado à adesão à rede de teatros e cineteatros é uma grande contradição, dado que o executivo não avançou com a intervenção no Cineteatro Curvo Semedo, havendo condições para ser iniciada neste mandato. -----

Em relação à democracia participativa e sobre a referência a visitas às freguesias, destacou que os munícipes continuam a afirmar que não têm contactos com os eleitos e por essa razão, os eleitos pela CDU, consideram que este modelo de encontro e de visitas fechado e restrito não vai ao encontro das necessidades das pessoas, não cumprindo o papel que o poder local democrático deve ter de proximidade, de abertura e disponibilidade. Seguidamente questionou que tipo de renovação está programada para o Posto de Turismo. Ainda no uso da palavra salientou que os eleitos da CDU gostariam de saber qual é a garantia que a Câmara Municipal pode dar aos montemorenses que a obra de requalificação do Convento da Saudação se vai iniciar e concluir dentro do prazo previsto para o financiamento com fundos do PRR, que já está aprovado. -----

Quanto à obra de construção da nova Etar de Santiago do Escoural, pediu esclarecimentos sobre qual o ponto de situação em concreto. É uma obra que efetivamente é da responsabilidade direta das Águas Públicas do Alentejo, mas no âmbito da parceria pública que foi estabelecida, a Câmara Municipal tem o dever e a obrigação de acompanhar este processo, de reclamar este investimento previsto há largos anos e de prestar explicações à população. No que respeita ao Roteiro Levantado do Chão a eleita perguntou se a concretização do Centro Interpretativo em Lavre é considerada prioritária e para quando está prevista. -----

Para dar resposta às várias questões colocadas, tomou de novo a palavra o Senhor Presidente da Câmara, dizendo que a sua intervenção se refere ao futuro, a um plano de investimentos que o atual executivo pensa realizar. -----

De seguida referiu-se a diversas propostas que integraram o programa eleitoral da CDU de 2013, salientando que, na sua opinião, o executivo CDU da Câmara Municipal, de 2013 a 2021, também não conseguiu que fossem minimamente executadas. Quanto à estratégia de desenvolvimento do Concelho, desenvolvida pela ADRAL, ainda não está concluída. Da estratégia ambiental, existe uma verba de 250 mil euros nestes 5 anos, de 50 mil euros por ano, para investimento, ainda sem decisão se será na estratégia de comunicação ou na implementação dessa estratégia ambiental. -----

Amunil

Continuando a sua intervenção o Senhor Presidente esclareceu que através de fundos comunitários para a regeneração urbana, ciclo urbano da água, estão previstas intervenções nas redes separativas de residuais domésticas e de pluviais pela nossa cidade e ainda na reabilitação urbana. Está também prevista uma intervenção no Largo Cândido dos Reis, na Rua de Lisboa, na Rua Curvo Semedo e uma ligação à Rua Pelágio Peres. No que respeita ao Plano de circulação, disse que está a ser elaborado, mas não ainda terminado. Quanto à questão da rede de teatros considera que não faz sentido a afirmação da eleita Hortênsia Menino porque o Município tem uma programação multicultural, com muitos agentes do concelho também a serem apoiados. Sobre a intervenção no Cineteatro referiu que quando o executivo iniciou funções, verificou a necessidade da realização de um estudo de vulnerabilidade sísmica e que alguns equipamentos já não estão de acordo com a lei, pelo que não reunia condições para ser lançado. Relativamente ao contacto entre os eleitos e munícipes, o Senhor Presidente afirmou que o executivo têm visitado todo o concelho, em muitos eventos, sem se esconder e sempre disponível para ouvir dizer o que tem feito mal ou bem. ----- Afirmou que não poderá apresentar garantias que a obra do Convento da Saudação irá ser feita no prazo estipulado até março de 2026, mas espera que isso aconteça. O concurso teve apenas uma empresa concorrente que foi neste momento excluída, por ter impedimento para concorrer. Assim, os valores vão ter de ser revistos e vai ter de ser reiniciado o concurso. Relativamente à Etar de Santiago do Escoural foi lançado o concurso e já foi adjudicada a obra, decorrendo neste momento negociações com os donos do terreno, acompanhadas pela Câmara Municipal e pela Junta de Freguesia e promovidas pelas Águas Públicas do Alentejo. ----- Informou ainda que relativamente ao Roteiro Literário Levantado do Chão, o Fórum não é considerado uma prioridade porque existe um espaço de excelência em Lavre que é o Salão Multiusos da Casa do Povo, recentemente inaugurado, que possui condições acústicas e térmicas fabulosas para a realização de muitos eventos. O Fórum José Saramago, exige uma reflexão, por forma a não exigir o investimento muito grande, mas sendo um espaço amplo, polivalente, para a população de Lavre. ----- Sobre a questão colocada sobre a Herdade à Adua, lembrou que o inquilino deixou o espaço em junho de 2024 e logo a partir dessa data, os serviços municipais começaram a trabalhar, numa primeira fase na colocação de vedações e numa fase posterior, com o apoio da Universidade de Évora, da Divisão de Planeamento Urbano e Ambiental e da Divisão de Planeamento e Apoio ao Desenvolvimento Económico, será discutido o futuro daquele espaço, ao abandono há décadas. Neste momento estão a ser investidos cerca de 10 mil euros em vedações, mas é insuficiente. Quando o saldo da conta de gerência transitar, será feito um novo investimento na vedação das estradas, de forma a impedir o roubo de cortiça nas árvores. Posteriormente terá de ser pensado algo relativamente à pastorícia. Serão abertos concursos, através de hasta pública para a realização de podas, tratamento de árvores secas e mortas e ainda para a tirada de cortiça, em 2025. ----- De seguida o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador António Xavier, o qual esclareceu que o ginásio outdoor está previsto funcionar na zona onde estavam instalados os equipamentos de skates, referindo que os equipamentos existentes são geriátricos e os equipamentos a instalar são de treino de força. -----

Quanto à questão da habitação, informou que se aguarda a aprovação das restantes candidaturas para os quatro fogos sitos na rua Adriano Correio de Oliveira, a dois fogos em São Geraldo e os doze fogos que apoiámos a Casa do Povo de Lavre. -----

Sobre a intervenção no Posto de Turismo, explicou que abrangerá essencialmente o espaço de receção ao público, acompanhando a transformação que tem acontecido em termos visuais e estéticos, como aconteceu no Centro Interpretativo da Gruta do Escoural, proporcionando um melhor acolhimento a que nos visita. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra de seguida à Senhora Vereadora Silvia Santos que afirmou terem sido identificados, pela Divisão de Serviços Urbanos, três parques infantis com necessidades de requalificação, nomeadamente Foros de Vale de Figueira, Cortiçadas de Lavre e EB 2,3 de S. João de Deus. Para isso, foram feitos protocolos com as Juntas de Freguesia, uma vez que é bastante mais simples que estas iniciem as requalificações e posteriormente o Município comparticipa a totalidade do investimento. Esclareceu que já foram requalificados os parques infantis de Vendas, da EB1 nº 2 de Montemor-o-Novo, do Parque Infantil de Santiago do Escoural e também o novo Parque Infantil da Escola Básica/Jardim de Infância de Cabrela. Relativamente aos três parques identificados, já foram solicitados protocolos, havendo já resposta de algumas Juntas de Freguesia e serão esses três que irão ser intervencionados em 2025. A Senhora Presidente da Assembleia Municipal interveio seguidamente para informar que eram zero horas e questionando se havia concordância de todos para a continuidade dos trabalhos, tendo obtido a unanimidade para esse efeito. -----

Deu palavra ao eleito Luis Machado o qual afirmou, relativamente à apresentação do Senhor Presidente, parecia estar a falar de propostas de orçamentos anteriores, porque muitos dos pontos que enumerou já se encontravam inscritos em orçamentos de anos anteriores. Na sua opinião, não é suficiente, decorridos três anos de mandato ainda se verificar uma grande repetição a nível de linhas e rubricas. neste orçamento e, portanto, eu esperava mais. Continuando no uso da palavra, colocou algumas questões, de cariz técnico, para serem esclarecidas pelas técnicas do Município, presentes na sessão. Questionou ainda o Senhor Presidente da Câmara sobre quais é que serão os impactos caso o orçamento seja reprovado. Perguntou também se existe alguma previsão relativamente à data de conclusão do mencionado relatório desenvolvido pela ADRAL. Perguntou ainda qual será o valor previsto do saldo da Conta de Gerência e, no âmbito processo de transferência de competência, qual o montante que se encontra cativo. O eleito pelo CDS-PP, questionou ainda o executivo sobre quais os apoios dados ao tecido empresarial, para além da baixa de impostos referida nos pontos anteriores. -----

Dando continuidade à sua intervenção, questionou a Senhora Vereadora Silvia Santos se considera que a transferência de competências, para a área da saúde e da ação social estão a correr de forma satisfatória. -----

Afirmou que ainda que o Senhor Presidente, na sua intervenção terá referido que o turismo tem um papel fundamental para o desenvolvimento do Concelho, que tem papel central nesta proposta de orçamento e que o projeto para resolver a problemática do Castelo rondará os 300 mil euros, mais ainda assim, não está ponderado neste orçamento. -----

Seguidamente apresentou também algumas questões dirigidas ao Senhor Vereador António Pinto Xavier, nomeadamente qual a razão para o seu voto, em reunião de

Câmara Municipal, ter sido de abstenção, relativamente a esta proposta de orçamento. Questionou ainda se a verba cativa, relativamente à questão da transferência de competências, estivesse disponível, quais eram as prioridades, no âmbito dos seus Pelouros. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara agradecendo a presença das técnicas do Serviço de Contabilidade, Dra. Susana Curto e Dra. Elisabete Frade e solicitando que possam prestar esclarecimentos relativamente às dúvidas colocadas. Acrescentou os orçamentos são elaborados em cinco anos e que é difícil compartimentar qualquer obra apenas num ano. O anterior orçamento mencionava por exemplo as intervenções na Escola do Ciborro, na Escola dos Cortiçados de Lavre e no Centro Cultural das Cortiçadas, na Rua das Silveiras, que volta a estar mencionadas nesta proposta deste ano, porque apesar de já estarem contratualizadas com os empreiteiros, a sua execução mantém-se para 2025. Referiu ainda que, durante vários anos serão faladas muitas obras, nomeadamente no ciclo urbano da água, na reabilitação urbana, no co-work, nos quadros elétricos e no arranjo do Parque de Exposições Mercados e Feiras, porque são obras referentes ao PT2030, que se alongam em vários anos. Considera que poderiam ter sido feitas mais intervenções, mas lembrou que o PT2020 terminou em 31 dezembro de 2023 e tiveram de ser terminadas obras iniciadas em anos anteriores. Na sua opinião, este executivo está a desenvolver um excelente trabalho, na proximidade com a população, nas ruas, em todas as freguesias. -----

A reprovação desta proposta, implica que o Município não possa concorrer a qualquer apoio do próximo quadro comunitário PT2030, que terá de haver gestão mediante, o orçamento do ano passado e apenas despesas de natureza gestão corrente. Uma das maiores dificuldades é, por exemplo, os gastos com o pessoal, que vão ter aumento significativo para o próximo ano. Considera que seria uma irresponsabilidade enorme. Afirmou que não há previsão para a conclusão, do Relatório da ADRAL, revelando que o executivo não está satisfeito com o trabalho realizado. -----

Relativamente à Zona Industrial da Adua, ponto de prioridade, não podendo ainda constar nesta primeira parte do Orçamento de 2025, porque há todo um conjunto de obras já prontas a lançar e de investimentos prontos a lançar primeiramente. Lembrou ainda investimento previsto para avançar, com o saldo da conta de gerência, cujo projeto está feito, no âmbito da requalificação das estradas e dos passeios da ZIA. Informou de seguida que somente quando fechar o ano existe informação sobre o valor do saldo da conta de gerência. A intervenção no Cineteatro Curvo Semedo era para avançar, no entanto quando foi feita a revisão obrigatória para o Tribunal de Contas, veio informação que desde 2019 o referido projeto estava desatualizado. Esclareceu que o valor concreto que está cativo na DGAL são 2,5 milhões, que irão entrar na conta do Município porque se trata de um valor de tesouraria. O valor referido está contemplado no orçamento. Na sua opinião, o Senhor Vereador António Xavier, fará muito bem o seu trabalho nos respetivos pelouros, porque sempre tem tido a total confiança dos outros três vereadores e sempre tem tido verbas efetivas, com a concordância total, desde o início do mandato. Enalteceu o apoio ao tecido empresarial, desde logo uma linha direta de entrada na Câmara Municipal, não é de favorecimento, mas é de decisões rápidas, de prioridades, para quem desejar a instalar-se no nosso concelho. Relativamente ao Castelo,

considera que a verba de 300 mil euros não fazia sentido estar mencionada no documento, quando o projeto não está sequer concluído. -----

De seguida o Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Vereadora Silvia Santos, que iniciou a sua intervenção salientando que o Conselho Municipal de Saúde decorre da lei. Com a extinção da ARS e a criação das ULS, só em junho de 2024, foi recebida a informação dos novos elementos. Posteriormente, só houve possibilidade de reunir no mês de outubro. Acresce que o distrito tem 14 concelhos, em que os elementos presentes nessas reuniões são os mesmos, dificultando ainda mais este processo. Assim sendo, acredita que seja possível de concretizar no próximo ano. Relativamente à questão da transferência de competências, sempre afirmou ser defensora da mesma, no entanto, com exceção da questão da saúde, que é assinado um auto de transferência de competências, nas outras áreas, o Município teria mesmo de as receber. No que respeita à ação social, considera que se trata de uma área sem problemas, quer em termos de verbas, quer em termos das próprias competências, porque elas de alguma forma já estavam também com entidades do conselho, nomeadamente o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social. Considera, que o que se conseguiu com esta transferência foi ter uma maior proximidade e uma resposta mais rápida, que não acontecia com a Segurança Social. Não se conseguia responder de forma tão célere aos pedidos da população e nós conseguimos fazê-lo desta forma. Relativamente à área da saúde, na sua opinião, a transferência de competências, tem sido uma mais-valia, enumerando algumas requalificações que já tiveram lugar e que o Município pode avançar, precisamente por ter agora essas competências, senão continuariam como estavam há cerca de 20 ou mais anos, sem terem qualquer tipo de resposta. Afirmou ainda que, por certo, o Presidente de Junta de Freguesia de São Cristóvão, também estará satisfeito com esta situação, até porque foi ele, logo de início, no que diz respeito à extensão de saúde de São Cristóvão, se propôs retirar os serviços da Junta de Freguesia, por forma a acolher a nova extensão de saúde, naquele espaço. Decorrido um ano, a população de São Cristóvão consegue ter a prestação de cuidados primários num espaço condigno, com condições condignas, quer para a população, quer para aqueles que prestam estes cuidados. Foi também levada a efeito uma requalificação na extensão de saúde de Cortiçadas de Lavre e de Lavre, foi feita uma intervenção em termos de aquecimentos e afins, na extensão de saúde de Cabrela e de São Cristóvão. Acrescentou que o Município tem feito intervenções pontuais no Centro de Saúde de Montemor, com certeza com muito mais celeridade do que era feito anteriormente. Para si o mais importante é população, que está a ganhar melhores condições na prestação dos cuidados de saúde primários. -----

De seguida o Senhor Presidente deu ainda a palavra ao Senhor Vereador António Xavier, o qual afirmou que Montemor enfrenta, como quase todo o Alentejo e o interior do país, uma crise demográfica, pelo que a habitação e o desenvolvimento económico são as principais ferramentas para combater esse problema. Considerando que é esse o foco da sua abstenção e que esta diferença é que é uma questão política, que por um lado dita que a prioridade devia ser esta e que não são necessários apenas apoios de Fundos Monetários para se conseguir fazer o novo bairro ou para fazer o projeto da ZIA. Por outro lado, considera que todos os investimentos que já foram elencados, são demasiado importantes para se reprovar um orçamento. Referiu-se

ainda ao tema da problemática do trânsito de pesados da avenida Gago Coutinho e do Rio Almansor, por se tratarem de problemas gravíssimos do nosso concelho, pedindo mais esforço na resolução, porque se arrastam desde sempre. No caso da Avenida Gago Coutinho, só tem tendência para piorar, porque se aumentar o número de transportes e se a própria economia e a habitação tiverem desenvolvimento, aquele problema vai agravar-se. Terminou a sua intervenção frisando que concretização destes projetos que vão ser candidatas ao PT2030 ou que são introduzidos neste orçamento, terão mesmo de avançar para o aumento do desenvolvimento do concelho e para o aumento da qualidade de vida e melhoria da qualidade de vida da população. -----

Ainda sobre o documento em discussão pediu a palavra o eleito João Veiga começando por agradecer todos os esclarecimentos prestados, quer pelo executivo, quer pelas técnicas do Município. Disse também que percebeu através da exposição do Senhor Vereador António Xavier, que o seu voto de abstenção relativamente ao orçamento municipal terá sido meramente uma questão de política. Considera que o orçamento e as grandes opções do plano do Município são, antes de mais, instrumentos contabilísticos, mas, acima de tudo, instrumentos políticos que nos órgãos executivo e colaborativo exigem sempre a melhor apreciação. Da sua análise aos documentos verificou que os instrumentos políticos assumem a primazia, independentemente do órgão em que são apresentados. Estes instrumentos refletem as opções do executivo da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. Assim sendo, a bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal manifesta a sua satisfação e apela à aprovação deste Orçamento que representa um passo crucial para o futuro do nosso concelho. Salientou que o desenvolvimento económico é fundamental para assegurar a vida da população. Este orçamento, revela esse compromisso através da criação de um ambiente favorável ao investimento e ao crescimento económico. Exemplo disso, é a redução da carga fiscal e a aposta em investimentos estratégicos e em infraestruturas. Com uma nova redução do imposto de participação do IRS e uma nova redução do valor da derrama sobre as empresas já aprovada, o executivo dá um sinal inequívoco que está ao lado dos munícipes e das empresas que com sede no concelho. Durante este mandato, este executivo irá ser o mais ousado no que respeita à carga fiscal sobre as pessoas e sobre as empresas. Durante estes quatro anos, as descidas acumuladas do IRS e da derrama significarão uma poupança de cerca de 1,6 milhão de euros, e são 500 mil euros poupados às empresas e cerca de um milhão e cem mil euros poupados aos munícipes, nos últimos quatro anos. -----

Destacou ainda a intenção de implementação da incubadora de empresas e do centro SMEA, como exemplos concretos de medidas que visam estimular o empreendedorismo e a inovação, impulsionando a criação de novos postos de trabalho e atraindo investimento. Ao potenciar os recursos e ao fortalecer a economia, está a construir-se um futuro mais próspero para as nossas próximas gerações. Além disso, a valorização do empreendedorismo e o reforço do setor cultural respondem às necessidades das populações. Assim, destacou os investimentos na educação, com requalificação de escolas e na saúde, através do reforço dos serviços de proximidade. Este orçamento reafirma o compromisso com uma política de habitação mais justa e acessível. A parceria com o Instituto de Habilitação e Reabilitação Urbana e a revisão do Plano de Urbanização constituem passos importantes para assegurar que todos os

cidadãos possam aceder a uma habitação digna. A criação do portal da habitação será ferramenta essencial para facilitar o acesso a informações e programas de apoio, aproximando a concretização do sonho da casa própria para mais famílias. Outro pilar deste orçamento é o compromisso com um futuro mais verde e inclusivo. A qualificação de espaços públicos, a promoção da mobilidade sustentável, a preservação do meio ambiente são princípios fundamentais desta governação. Ao investir de forma equitativa nas diferentes freguesias, está a promover-se a coesão territorial e a construir-se um futuro mais saudável e inclusivo para todos. A criação de espaços públicos de qualidade, o incentivo à mobilidade ativa e a preservação ambiental representam investimentos que terão impacto positivo, tanto para as gerações presentes, como para as futuras. Para além dos investimentos em infraestruturas e serviços básicos, este orçamento demonstra um compromisso com a segurança da nossa comunidade. A parceria com os bombeiros voluntários será fortalecida, com o apoio à aquisição de novas viaturas e à manutenção das suas instalações. Frisou que esta medida é fundamental para garantir uma resposta rápida e eficiente em casos de emergências, manifestando uma palavra de apreço a todos os bombeiros. O equilíbrio entre a receita e a despesa é evidente neste Orçamento garantindo a sustentabilidade financeira do Município, a longo prazo. Não votar favoravelmente a este orçamento seria comprometer o futuro do concelho. Frisou que isso significaria na prática inviabilizar a concretização de obras e projetos cruciais, tais como a requalificação das Unidades de Saúde de Cortiçadas de Lavre, Lavre, Ciborro, Cabrela e Santiago do Escoural, a construção de uma Unidade de Saúde em Silveiras. O desenvolvimento do Programa CLDS 5G, que visa a promoção da inclusão social, o combate à pobreza e o reforço à coesão territorial. A requalificação do Jardim dos Cavalinhos e de outros parques infantis nas freguesias, assim como a realização de melhorias nas piscinas municipais e repavimentação e a conservação de estradas rurais, a requalificação do Convento da Saudação, a pavimentação nas diversas freguesias, a requalificação da Escola Básica de Cortiçadas de Lavre e da Escola Básica de Ciborro. Importa ainda referir que este orçamento municipal permitirá a candidatura ao novo quadro comunitário. Sem a sua aprovação, seria impossível a candidatura a cerca de 7 milhões de euros, do PT2030, ficando o Município e todos os munícipes prejudicados. Isso seria impossibilitar a candidaturas a investimentos na área de reabilitação e requalificação urbana, o ciclo urbano de água, a eficiência energética, o investimento no parque de exposições municipal, a escola EB nº 1 e também o investimento em infraestruturas de acolhimento empresarial de nova geração, como os espaços co-working. Concluiu afirmando que, por tudo o que foi exposto, os eleitos pelo Partido Socialista consideram que este orçamento representa um investimento sólido e sustentado no futuro do Município e o seu voto será favorável à sua aprovação. -----

Pediu para intervir novamente a eleita Hortênsia Menino referindo que se deve verificar se o programa eleitoral está ou não a ser cumprido, é o programa eleitoral que o PS, o PSD e o CDS apresentaram nas eleições de 2021 e é sobre tudo isso que os eleitos da Assembleia Municipal se estão a pronunciar. Disse ainda que, o Cine Teatro Curvo Semedo teve um projeto aprovado em fevereiro de 2022, já no decurso deste mandato, questionando o Senhor Presidente se esse projeto estava ou não em condições de poder ter seguimento para a obra e se não estava, porque foi aprovado.

De tudo o que foi exposto, os eleitos pela CDU concluíram que as propostas elencadas nos documentos, misturam propositadamente e anunciam ao mesmo tempo e com a mesma importância, as obras que estavam previstas logo no primeiro ano de mandato, investimentos e manutenções correntes e obrigatórias e necessárias, como o caso dos veículos, da maquinaria, das instalações municipais, com investimentos estratégicos e outros a iniciar de raiz em 2025. -----

Acrescentou ainda que a integração do valor do saldo da conta de gerência era largamente criticada pelo PS, PSD e CDS-PP, enquanto oposição e agora é a solução para conseguir encontrar as verbas necessárias para algumas obras e investimentos de maior dimensão. Ainda no uso da palavra, disse que os eleitos da CDU não conseguiram ainda perceber quais são as prioridades e as intervenções estratégicas para o concelho, que os documentos têm opções contrárias à sua posição e não servem os interesses dos montemorenses. -----

Interveio de seguida o eleito Luis Machado considerando que a intervenção do eleito João Veiga foi feita na ótica do receio, tal como já tinha acontecido na sessão no ano passado, transmitindo a ideia de que se este orçamento for reprovado, o concelho acaba. Por todo o país tem acontecido orçamentos municipais reprovados e formas de se conseguir governar com um orçamento que não seja aprovado. -----

Disse ainda que tem havido muitas intervenções sobre STARTUP`S, questionando o executivo qual é que foi a STARTUP captada para concelho de Montemor-o-Novo, que trouxe grande investimento, porque já foi afirmado que vão ser as grandes impulsionadoras da economia no concelho. Perguntou também se já se estabilizou alguma nestes últimos três anos. -----

As grandes opções do plano integram a estrutura do planeamento económico e social do Concelho e são um instrumento orientador do exercício da atividade executiva do Município. Da sua análise, continua sem perceber qual é a orientação, tanto do executivo como do orçamento, qual é a visão para Montemor. Tem dificuldade em entender, na explanação que é feita no documento, qual é que é a visão para Montemor. Salientou que sente dificuldades em conseguir identificar o que este executivo está a fazer de diferente. Neste orçamento, apenas apresenta uma série de boas intenções, o que vem a acontecer desde 2021, não identificando uma visão clara para Montemor. Afirmou que é referido na proposta que continuarão a ser desenvolvidos esforços para melhorar a eficácia e eficiência dos serviços com vista a alavancar a sua capacidade de resposta e satisfação das necessidades da população, mas atendendo a que se mantém as dificuldades em realizar os reportes, por ausência de recursos humanos, não se têm verificado grandes alterações neste aspeto. -----

Continuando a sua intervenção, disse que o Senhor Presidente afirmou que o executivo irá continuar a afirmar Montemor-o-Novo devido à excelente localização, no entanto, pouco foi feito em termos de captação de investimento económico. Na sua opinião, apenas o que se apresenta é a consequência da ausência de estratégia, visão e concretização de trabalho, a fim de resolver os problemas do Concelho, mas sobretudo de perspetivar um futuro para o mesmo, de crescimento económico, desenvolvimento socioeconómico e de um tal Novo Montemor prometido, mas, que não faz nem deixa fazer diferente. A sua conclusão é que se demorou 45 anos a conseguir uma alteração de paradigma política em Montemor o novo e o Senhor Presidente está a esforçar-se para que se faça um retrocesso político no Concelho. -----

Em relação à questão da habitação, considera que o Senhor Vereador António Xavier será suficientemente habilidoso e perspicaz em defender o trabalho por si realizado e demonstrar que de facto empregou uma forma diferente de fazer política no Concelho. Acredita que se os montemorenses conseguirem fazer bem esta distinção, irão conseguir distingui-lo do restante executivo e continuar a confiar no seu trabalho. À semelhança do Senhor Vereador António Xavier, o seu voto será também de abstenção, mas com a devida ressalva que não existe confiança de que este orçamento municipal seja concretizado. Terminou a sua intervenção referindo que, contrariamente ao que o Senhor Presidente, afirmou numa outra sessão que o CDS era a maior oposição deste executivo, afirmou que o CDS-PP é a alternativa. -----

De seguida a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao eleito Márcio Veríssimo solicitando esclarecimentos relativamente à verba destinada à Associação Humanitária de Bombeiros de Montemor-o-Novo. Sobre a Zona Industrial da Adua afirmou que as afirmações feitas pelo Senhor Presidente de que a visão de um novo investidor ao entrar na ZIA é um cemitério de pedras mármore do lado esquerdo e do outro lado uma lixeira a céu aberto que começou a elaborar ilegalmente, passados três anos de mandato mantém idêntica. Disse que o Senhor Presidente esclareceu que aguarda o saldo da conta de gerência para se iniciar uma pavimentação das ruas, o que, na sua opinião é muito pouco para quem fez da Zona Industrial da Adua uma bandeira da campanha. Relativamente à questão do Cine Teatro Curvo Semedo que, de uma vez por todas, pudessem esclarecer os eleitos da Assembleia se, foi ou não durante o mandato da CDU, adjudicada a revisão do projeto. Se essa revisão foi apresentada em reunião de Câmara em 2022 e se tinha ou não erros que agora impossibilitam a realização do projeto. Para concluir a sua intervenção questionou de quem é a responsabilidade política pela aceitação desse projeto contendo os erros que tem e de quem é a responsabilidade de ter resolvido essas questões, de forma que a obra fosse lançada. -----

Para falar sobre a proposta de orçamento, pediu ainda a palavra o eleito Joel Pedreirinho referindo que a análise do orçamento para 2025 e das grandes opções do plano, passam por uma série de promessas e medidas que continuam, ano após ano, a ser adiadas. É necessário confrontar este orçamento com os anteriores e questionar-se se o que foi realmente foi feito corresponde ao programa mais votado durante a campanha eleitoral de 2021. Afirmou que os problemas identificados foram revelados bastantes vezes como prioritários, nomeadamente a crise demográfica, a habitação, desenvolvimento económico, a Avenida Gago Coutinho, o rio Almansor, os quais, sem exceção, continuam por resolver. Continuando no uso da palavra disse que, contrariamente ao que foi prometido, continua a falar-se em obras, como o Convento da Saudação e o Cineteatro Curvo Semedo, que apesar de serem importantes, está provado que não vão resolver os problemas estruturais da nossa cidade e do concelho. A habitação tornou-se uma questão central e uma questão primordial, nos dias de hoje, apesar disso nada foi feito para a resolver realmente os problemas. Também a reabilitação do património habitacional, embora anunciada, ainda está longe de ser uma realidade. Criar habitação nova ou resolver o problema das casas em ruínas e devolutas parece não ser a prioridade. Frisou que a questão da disponibilização de casas para arrendamento jovem, continua no papel. Considera que falar de plataformas, portais e planos de urbanização é inútil, se a base do problema não for

resolvida. No desenvolvimento económico a situação ainda mais grave, é urgente investir na ZIA. -----

Afirmou ainda que o *site* do MorInvest permanece desatualizado. Apesar das boas iniciativas no âmbito do turismo, como a Feira Medieval, nada disso resolve os problemas económicos estruturais do Município. A expansão da Zona Industrial da Adua, que é fundamental, continua adiada, sem qualquer explicação. -----

Relativamente às questões relacionadas com a Avenida Gago Coutinho e com o Rio Almansor, já se percebeu que se não forem tratadas como prioridades absolutas, nunca serão resolvidas, porque exigem muito mais do que palavras, exigem ação, comprometimento e, acima de tudo financiamento. O investimento em habitação e em desenvolvimento económico são a chave para resolver os problemas da cidade e garantir um retorno financeiro no futuro e ignorar isso é mais uma falha da governação atual. Afirmou que, quanto à transparência, a avaliação dos eleitos pelo PSD continua a ser negativa. Ou seja, durante o início do mandato houve a promessa, houve o discurso e o sentido de um orçamento mais claro, com rubricas menos nebulosas e um controle financeiro mais rigoroso. Agora, verifica-se um retrocesso, ou seja, a contabilidade de gestão que deveria ter sido implementada não saiu do papel. Finalmente, a execução das GOPs, um exemplo de falta de compromisso, com projetos que consecutivamente passam de ano para ano, como é o exemplo do Museu de S. João Deus. Considera que os projetos não podem continuar a ser meras intenções e têm de ser executados. Dado que este é o último ano de mandato, aguarda que durante 2025 o Museu de S. João Deus seja inaugurado com toda a importância e respeito que merece. Mas apesar de tudo, este orçamento apresenta algumas medidas que, se concretizadas, poderão ser positivas, nomeadamente o Portal de Habitação, o site do Turismo, o site das Grutas do Escoural, a criação da Carta Municipal de Habitação e ainda a implementação da Plataforma do Orçamento Participativo Jovem. Também a requalificação do posto de turismo, os ginásios ao ar livre, as melhorias nas piscinas. Finalizou afirmando que estas ações não são suficientes para justificar este orçamento e que após toda a análise, o voto da bancada do PSD não pode ser favorável. Este orçamento não resolve os problemas estruturais da cidade, não segue a linha de transparência prometida e continua a ser uma versão diluída daquilo que era necessário para Montemor. No entanto, os eleitos pelo PSD não podem votar contra tudo, pois acreditam na concretização de algumas medidas importantes. Por outro lado, não podem votar favoravelmente um orçamento que está longe de ser aquilo que o concelho precisa para crescer e para resolver os seus problemas de uma vez por todas. -----

Pediu para usar da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, José Maria Fernandes dizendo que gostaria muito de subscrever a intervenção do eleito João Veiga e aprovar este orçamento, no entanto mostrou-se apreensivo, porque após a aprovação de três orçamentos, pouco foi concretizado na referida União de Freguesias. Referindo-se a Cortiçadas de Lavre, questionou o executivo sobre o que foi realizado, nos três anos decorridos. Salientou que ao analisar o programa eleitoral do PS para este mandato, acreditou que o executivo tivesse a noção do que existia e do que fazia falta ainda concretizar em Cortiçadas de Lavre. No entanto, passados três anos, sente que nada foi feito, mostrando a sua completa desilusão. Reconheceu que a proposta de orçamento refere

algumas obras a desenvolver, em 2025, em Cortiçadas de Lavre e por esse facto parabenizou o executivo. Por outro lado, da sua análise, considera que relativamente a Lavre, as intervenções programadas para 2025, são quase nulas, talvez apenas a requalificação de uma rua. Relembrou ainda a proposta do executivo que seria repavimentar uma rua por freguesia e por ano, o que não aconteceu. -----

Na sua opinião, se o orçamento for reprovado, muitas intervenções poderão avançar, porque todas já constavam do orçamento de 2024. Acrescentou que não está satisfeito com o trabalho realizado na união de freguesias porque o executivo é composto por um elemento do PS, mas tudo tem funcionado bem porque não funciona na base da política, mas sim no compromisso, no olhar para a população que os elegeu e que merece o todo o respeito, trabalho e dedicação. -----

Intervio de seguida o eleito João Veiga discordando da intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre porque estão previstas no orçamento, para 2025, duas obras para as Cortiçadas de Lavre, sendo que uma delas irá ter início já no próximo semestre. Disse ainda que os fregueses por certo vão querer que o Senhor Presidente vote favoravelmente este orçamento para que as obras avancem, mas pelo contrário vai votar contra, considerando isso uma incoerência. -----

Retomando a palavra o Senhor Presidente da União da Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, José Maria Fernandes, reforçou que mesmo que o orçamento não seja aprovado, essas obras podem avançar. Afirmou ainda que da sua análise ao documento considera que Lavre não vai ter obra neste próximo ano e que em 13 anos não foi feito praticamente obra em Cortiçadas. Nunca poderá votar favoravelmente o orçamento, quando já foram três orçamentos anteriores aprovados e de facto as obras não surgiram. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para dar resposta à eleita Hortênsia Menino que o programa eleitoral que interessa é o do PSD, do CDS, do PSD e que no próximo ano deverá ser então discutido e analisado o que não foi feito, o que podia ter sido e o que não foi. Esclareceu ainda que o projeto para o Cineteatro Curvo Semedo foi aprovado em fevereiro de 2022, quatro meses após a tomada de posse deste executivo e era um projeto da CDU. Entretanto, por questões de legislação que entrou em vigor em 2019, não estava em condições de continuar e a obra não seguiu para a frente. Sobre a aprovação do orçamento municipal afirmou que o trabalho que este orçamento teve e os acordos que existiram, dentro do executivo com Pelouros, justificam a que este orçamento não seja reprovado. Afirmou o saldo da conta de gerência apenas é criticado por ser grande e continua a ser grande, lamentando não conseguir executar mais. -----

Relativamente às questões do eleito Márcio Veríssimo, informou que as verbas para os bombeiros foram: em 2021 foi de 168.462 euros, em 2022 foi de 221.079 euros, em 2023 foi de 218.825 euros, em 2024 foi de 265.947 euros, e com uma verba de 30.000 euros para duas viaturas, para um contrato, duas viaturas de transporte de doentes Não Urgentes, totalizando 295 mil euros. Estes apoios têm um protocolo ordinário de 10 mil euros mensais, os dois protocolos das equipas de intervenção permanente, um protocolo de 18 mil euros anuais para a aquisição de duas carrinhas no valor de 43.776 e para além disso a aquisição de pneus para a barquinha, manutenção e inspeção desse equipamento que a Câmara Municipal serve bastante e também que um apoio

de 3 mil euros para cada arraial que se realiza para captação de verbas nos bombeiros do Monte Moro Novo ou seja, são cerca de 300 mil euros que o Município em 2025 tem previsto para dar de ajuda bombeiros, que é a associação do nosso concelho que merece mais ajuda. -----

Sobre a intervenção do Senhor Presidente da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre poderia ter enumerado um conjunto de obras que foram feitas, concretamente as intervenções nas estradas, que vinham sendo solicitadas há muito tempo, a intervenção na escola primária, porque de momento procura-se um local para as aulas e ainda a obra no centro cultural, porque chove dentro do Centro Cultural, e é este executivo que vai avançar com esta requalificação. -----

Interveio a Senhora presidente da Junta de Freguesia de Cabrela e dirigindo-se aos Presidentes de Junta de Freguesia, se ao longo de todos estes anos algum executivo conseguiu responder às necessidades e aos pedidos que todas as Juntas de Freguesia fazem durante o ano. Acrescentou que há alguns anos que integra o executivo de Junta de Freguesia e tal ainda não aconteceu. Por certo, nuns anos existem mais obras numas freguesias e por consequências menos obras em outras. -----

Não havendo mais pedidos para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com doze votos favoráveis dos eleitos pelo PS e de um eleito pelo CDS/PP; doze votos contra dos eleitos pela CDU; duas abstenções dos eleitos pelo PSD e duas abstenções dos eleitos pelo CDS/PP. A Senhora Presidente da Assembleia Municipal exerceu o Voto de Qualidade. -----

Pediu a palavra o eleito Nuno Rato para apresentar uma Declaração de Voto, a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

"A aprovação do Orçamento Municipal e das grandes opções do plano é uma boa notícia para Montemor-o-Novo. Com este documento previsional, será possível a concretização de investimentos essenciais para o desenvolvimento do Concelho. É um orçamento que reflete bem a ambição do atual Executivo. Haverá um aumento significativo dos investimentos em áreas cruciais como a educação, a saúde e as infraestruturas, o que demonstra a prioridade do Executivo em garantir o bem-estar da população montemorense. Votamos favoravelmente este orçamento municipal porque acreditamos que, com a aprovação deste documento, gostaríamos de dar um passo importante para construir um Montemor-o-Novo, mais moderno, mais dinâmico, mais justo, mais coeso e mais solidário. -----

13 dezembro de 2024 -----

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo" -----

Pediu ainda a palavra o Eleito Márcio Veríssimo para apresentar uma Declaração de Voto, em nome dos eleitos pela CDU, a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

"Declaração de voto dos eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo relativamente ao Ponto 5 – AM 13.12.2024" -----

Considerando que: -----

- a) *os documentos apresentados continuam a não apresentar intervenções estratégicas para o concelho, limitando-se, na maioria dos casos a arrastar ações e projetos do primeiro ano de mandato que a atual maioria não foi capaz de executar;* -----

b) não existe estratégia assumida entre o documento de enquadramento das Grandes Opções do Plano para 2025 e as rubricas apresentadas no orçamento e plano de atividades; -----

c) este é o último orçamento deste mandato e continua a não ser perceptível qual o programa eleitoral – desta que é uma coligação negativa com pelouros – a ser aplicado nem uma indicação clara de prioridades, com prejuízo para o desenvolvimento do concelho e para a qualidade de vida dos montemorenses.-----

Face ao acima exposto, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal, votam contra a proposta apresentada. -----

Montemor-o-Novo, 13 de dezembro de 2024 -----

6º. Ponto – Proposta de Mapa de Pessoal para 2025 -----

Sobre a presente proposta, interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal afirmando que são poucas as alterações a implementar para o ano de 2025. Concretamente: a extinção de um posto de trabalho na carreira técnico superior e a criação de dois postos de trabalho na carreira de assistente operacional. Estas alterações não implicam qualquer variação em termos do número total de postos de trabalho, quer por tempo interminável, quer a termo resolutivo. Todas as alterações a incluir no mapa foram discutidas entre todos os serviços, avaliando as necessidades, de forma a serem colmatadas. -----

Não havendo qualquer pedido para uso da palavra, a Senhora Presidente colocou o documento a apreciação. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor, onze votos dos eleitos pelo PS; dois votos dos eleitos pelo PSD e três votos dos eleitos pelo CDS/PP e doze abstenções dos eleitos pela CDU. -----

Relativamente a este ponto, pediu a palavra o eleito Jaime Oliveira para apresentar uma Declaração de Voto, em nome da bancada da CDU, que se apresenta transcrita de seguida: -----

Declaração de voto dos eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo relativamente ao Ponto 6 – AM 13.12.2024 -----

Considerando que: -----

a) O mapa de pessoal, é um instrumento de gestão com relação direta e legal com o orçamento e da responsabilidade de quem gere a maioria; -----

b) Volta a existir uma redução de lugares da carreira assistente operacional, que a somar ao desenvolvimento nas instalações municipais para os serviços, confirmam o que ao longo deste mandato não foi feito e que tem como consequência um pior serviço público à população e abre a porta a contratações externas e eventuais privatizações de serviços. -----

Face ao acima exposto, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal abstêm-se na proposta apresentada. -----

Montemor-o-Novo, 13 de dezembro de 2024 -----

7º. Ponto - Informação da Atividade da Câmara Municipal -----

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara afirmou-se disponível para prestar os esclarecimentos que julguem ainda serem necessários. -----

Retomando a palavra a Senhora Presidente da Assembleia colocou à consideração a proposta de calendarização das sessões para o ano de 2025. Relativamente à sessão a

realizar no mês de dezembro informou que a data será uma decisão da próxima mesa da Assembleia Municipal, após as eleições autárquicas. -----

Pedi para intervir o senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado, referindo que numa parceria com as Juntas de Freguesia, o protocolo local é uma realidade, convidando todos os eleitos e a população, para participarem nas diversas atividades do Mor Natal. Apresentou ainda um convite especial para, no dia 20, acenderem o Lume, junto à União de Freguesias e para a passagem de ano, no local habitual, junto à Praça de Touros. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a mesa procedeu, de seguida à leitura da Minuta da ata, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu novamente a palavra ao público, não tendo havido qualquer intervenção. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, era uma hora e cinquenta minutos do dia catorze de dezembro de dois mil e vinte e quatro. -----

E eu, Helena Bazilisa Rodrigues, Assistente Técnica, funcionária designada para o efeito, a redigi e subscrevo. -----

A Presidente da Assembleia Municipal



Carmen de Jesus Geraldo Carvalheira

A Assistente Técnica



Helena Bazilisa Rodrigues